

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

-----**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE.**-----

-----**ATA NÚMERO CINQUENTA E SETE**-----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da

Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Ruas Pires, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Natacha Machado Amaro, Sandra Cristina Andrade, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Paulo Bernardes Moreira, Nelson Pinto Antunes e António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantêm em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio. -----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Tiago Albuquerque Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- José Alberto Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Catarina Vaz Pinto, Duarte Cordeiro, Jorge Máximo, João Afonso, Carlos Castro, Paula Marques, Manuel Salgado e Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, boa tarde a todas as Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, estimável público, bastante concorrido hoje, para grande alegria nossa que gostamos sempre de ver esta casa bem concorrida, sejam bem-vindos a mais uma Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Tenho de pôr aqui um bocadinho de disciplina, mas é nas bancadas da frente. Pedir aos Senhores Deputados Municipais que assumam os vossos lugares para podermos começar a Sessão. Já sabem que enquanto houver Senhores Deputados Municipais ou Senhores assessores em pé eu não começo a Sessão. -----

----- Façam o favor de se sentar Senhores Deputados Municipais. -----

----- São muito indisciplinados os meus queridos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Ora muito bem, temos uma agenda bem preenchida hoje. Temos, a primeira coisa que temos hoje é naturalmente a intervenção do público. Temos quatro pessoas inscritas que vamos ouvir com toda a atenção, portanto, eu peço aos serviços para encaminharem desde já, o Senhor José Vítor dos Reis que é o primeiro inscrito, do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa e que já vem a caminho, presumo eu. -----

----- As regras são simples, tenho que pedir às pessoas que estão a assistir, naturalmente que vos interessa bastante o que vai ser dito, mas tenho de pedir que se abstenham de fazer comentários, porque essas são as regras, têm que assistir sem se puderem pronunciar.-----

----- Ao nosso caro José Vítor, seja bem-vindo, e já sabe, são cinco minutos e o tempo é seu.”-----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do público.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor José Vítor dos Reis**, do Sindicato STML, fez a seguinte intervenção:--

----- “*Um ano após a transferência de equipamentos e trabalhadores da CML para as juntas de freguesia, promovida pelo executivo PS de António Costa com o apoio do PSD, muitas das preocupações que oportunamente manifestámos, confirmam-se. -----*

----- *O serviço público prestado à população não melhorou. Na LU, as deficiências são manifestas devido à dificuldade de organização das JF e à desresponsabilização da CM na recolha dos resíduos sólidos. Esta situação foi por nós antecipada, quando referíamos os riscos do desmantelamento de um serviço integrado, sustentado numa economia de escala. -----*

----- *Nos equipamentos desportivos, a diferenciação dos preços praticados por algumas Freguesias, condiciona o acesso dos munícipes, consoante a área da cidade onde residem. -----*

----- *Apesar de António Costa ter afirmado que as competências transferidas para as JF seriam acompanhadas do envelope financeiro necessário para a sua execução, a verdade é que vários presidentes se queixam da insuficiência das verbas atribuídas.---*

----- *Para os trabalhadores, o resultado é uma significativa perda de rendimento, sofrendo cortes em subsídios, como o de turno, noturno, trabalho extraordinário ou*

abonos por falhas, ao contrário do prometido pelo edil, de que a passagem para as JF não constituiria qualquer diminuição nos seus rendimentos. -----

----- Outra promessa não cumprida prende-se com a Medicina do Trabalho. A CM faz depender da assinatura de protocolos com as JF, o acesso destes trabalhadores, contrariando o que foi deliberado nesta Assembleia. Outro incumprimento da parte da autarquia é o não envio às JF, das folgas acumuladas na CM, como aliás ficou acordado em Julho último e registado em ata. -----

----- O regresso à CML por motivos não imputáveis aos trabalhadores, não é respeitado. -----

----- Nos casos do polo da Biblioteca Museu República e Resistência, equipamento transferido para a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica e do Complexo Desportivo de S. João de Brito, transferido para a Junta de Freguesia de Alvalade, as respetivas juntas, deixaram de exercer as competências.-----

----- Outro malefício que a transferência de competências potenciou, é a precariedade na contratação de trabalhadores pelas JF. Existem contratos para todos os gostos! Diferenciados na duração do contrato, no número de horas de trabalho ou no valor da retribuição. Ironicamente, autarcas socialistas, que defendem a semana de trabalho de 35 horas, promovem contratos com 40, para os prestadores de serviço.----

----- Alguns Presidentes de Junta têm dificuldade em compreender o papel das organizações sindicais, ignorando a legislação e o regime democrático, conquistado em Abril de 74. -----

----- Desde procederem à alteração de horários de trabalho, sem cumprirem os deveres de informação e negociação com os representantes dos trabalhadores, até à ridícula tentativa em bloquear, embora sem sucesso, contactos com os trabalhadores através de visitas ou plenários. -----

----- Outra manifestação de desinformação é a falta de disponibilidade para a assinatura de ACEP's, única forma legal de redução da jornada de trabalho de 40 para 35 horas semanais.-----

----- Um caso extremo verifica-se na JF de Sta. Clara, em que a presidente adotou desde o início, uma postura de perseguição aos trabalhadores provenientes da CM, provocando a saída da maioria dos elementos da LU.-----

----- As consequências deste comportamento são evidentes, aumento exponencial de trabalhadores precários, nítido prejuízo para o serviço prestado.-----

----- Além de tentativas para evitar pagamentos devidos aos trabalhadores, não se coíbe do recurso ao insulto direto ou indireto, chegando a descrever os trabalhadores como “execráveis”. Não compreendemos como é que alguém que se apresenta como socialista, 41 anos após o 25 de Abril, faça afirmações desta estirpe e que as mesmas lhe sejam toleradas. -----

----- Por último, deixamos um alerta face à intenção do governo PSD/CDS em municipalizar sectores como a saúde, educação ou segurança social e face à experiência vivida em Lisboa, com “a maior descentralização de competências realizada em Portugal”, tememos pela continuação destes serviços públicos e universais. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Caros amigos, eu tinha pedido que não se pronunciassem, mas naturalmente compreendemos que estejam de acordo com o que foi dito, e portanto, a Mesa vai relevar esta pequena intervenção vossa, mas peço para que nas próximas intervenções do público não se pronunciarem. Podem fazer aplausos sem barulho, mas não com barulho.-----  
----- Vamos dar a palavra ao Senhor Carlos Faia Fernandes. -----  
----- O Senhor Carlos Faia Fernandes vem também pelo sindicato. Vem pelo STAL, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local”-----  
----- **O Senhor Carlos Faia Fernandes**, do Sindicato STAL, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “O STAL decide fazer esta intervenção de balanço da reorganização administrativa e transferência de competências para as Juntas de Freguesia, depois dos inúmeros problemas suscitados pelos trabalhadores a este Sindicato.-----  
----- Já durante o processo, o STAL avisou a Câmara Municipal que a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores afetados por esta reorganização, não estava garantida, e quase um ano depois, infelizmente, o tempo vem-nos a dar razão, e o que nos foi “vendido” na altura não está a ser garantido.-----  
----- Numa reorganização administrativa que foi além do imposto pela troika e governo PSD/CDS, foram criadas superestruturas que asfixiam as novas juntas de freguesia com um excesso de trabalho e competências às quais não estão preparados.-----  
----- Temos Juntas que quer pela agregação de freguesias, mas principalmente pela transferência de competências, viram o seu quadro de pessoal aumentar em 300%, sem qualquer tipo de estrutura de recursos humanos que o suporte, e sem a sensibilidade por parte dos autarcas das características do tipo de trabalho que foi assumido.-----  
----- Numa altura em que se discute a reorganização dos serviços da Câmara Municipal, a área da limpeza urbana em Lisboa, por exemplo, deixa de ter uma política única para a limpeza da cidade, para a educação e piscinas e no tratamento dos seus trabalhadores, e passou a ter 24 vontades, quase como 24 departamentos independentes uns dos outros, em que um trabalhador de um lado da rua é tratado de forma diferente do seu colega do outro lado, e mesmo a nível do serviço público, a qualidade pode ser diferente.-----  
----- Estamos também preocupados com a externalização dos serviços. Nestas 24 realidades e vontades diferentes, há e pode haver mais, uma vontade de desresponsabilização por parte dos Presidentes de Junta em relação a estes serviços.-----  
----- Cresce a olhos vistos o número de trabalhadores precarizados, e recurso a empresas externas.-----  
----- São muitos os problemas que o STAL está a tratar diretamente com os Presidentes de Junta. Desde mudanças de horários, alterações nas remunerações, acesso à medicina do trabalho, acesso aos serviços de SST, etc. E são também muitos os casos de trabalhadores a quererem voltar à Câmara Municipal, descontentes com

*a forma que estão a ser tratados, com os seus direitos a serem trespassados e com o seu próprio brio profissional a ser posto em causa.*-----

----- *Pedimos ao ainda Presidente desta Câmara Municipal, Dr. António Costa, que reveja a sua posição em relação a esta transferência de competências, e como é vontade expressa dos trabalhadores desta autarquia, e dentro em breve dos municípios, de forma a que os direitos sejam salvaguardados, e o serviço público garantido.*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Vamos prosseguir. É o Senhor José Fernando Marecos da Paz.*-----

----- *O Senhor José Fernando vem falar dos problemas de trânsito entre o Campo das Cebolas e o Cais do Sodré e tem cinco minutos.*”-----

----- **O Senhor José Fernando Marecos da Paz**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“O que me traz aqui é o trânsito caótico que se tornou o Terreiro do Paço. Ele é de tal forma caótico que um percurso de um humilde trabalhador nos táxis de Lisboa, como eu que sou taxista, leva 40 minutos entre o Corpo Santo e o Campo das Cebolas. Tal não é sequer admissível quando se pretende tornar nobre uma zona intensamente turística que é cartaz de Lisboa.*-----

----- *Fechar simplesmente a rua junto ao rio à passagem dos transportes públicos e conduzir todo o trânsito para a Rua do Arsenal é um erro catastrófico para todos nós, para os próprios cidadãos que frequentam a área, para a nova restauração que foi implementada e para o turismo que não consegue compreender como é que num dia de domingo à tarde se levam 40 minutos entre o Corpo Santo e o Campo das Cebolas. Isto não só prejudica a imagem da Cidade de Lisboa, como prejudica a nível de poluição ambiental e a nível do próprio bem-estar da população.*-----

----- *Acima disto tudo temos a Avenida da Liberdade, que como se sabe foi alterado o seu trânsito para que beneficiasse de uma menor poluição e de uma maior fluidez de tráfego. Pois passa-se exatamente o contrário. Às sextas-feiras o trânsito é caótico por falta de parques, aos domingos exatamente igual. Temos percursos que se faziam antes em 10 minutos e que se fazem hoje numa hora praticamente e isto é inadmissível.*-----

----- *Quero aproveitar esta oportunidade para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, Senhor António Costa, que apresentei uma queixa contra o Senhor na Provedoria de Justiça pela promiscuidade que se apresenta ao oferecer aos cidadãos, não só municípios de Lisboa, como aos cidadãos de Portugal, eu, José Fernando Marecos da Paz. Essa queixa foi apresentada na segunda-feira, porque é inadmissível que se o Senhor não quer abdicar do cargo de Presidente da CML, pelo menos por ética e moral devia legar o seu cargo a alguém que tivesse a responsabilidade de exercê-lo com a maior dignidade possível, por todos nós cidadãos e municípios de Lisboa.*”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Ho meus caros...caro público, a Mesa já explicou quais são as regras.*-----

----- *Não vale a pena a gente provocar-se uns aos outros, não vale a pena provocarem-se uns aos outros.*-----

----- Têm a vossa manifestação lá fora, onde podem dizer todas as palavras de ordem, aqui dentro têm de respeitar as regras da casa, senão a Mesa, naturalmente terá que tomar outras decisões, esperemos que não seja necessário. -----

----- Vamos dar a palavra ao último orador inscrito, o Senhor Paulo Oliveira.-----

----- Pedia silêncio para ouvirmos o Senhor Paulo Oliveira. O Senhor Paulo Oliveira tem cinco minutos.-----

----- Vai falar em nome da Associação Nacional dos Empresários de *tuk-tuk*.-----

----- Eu aproveito para o informar, naturalmente já sabe, que nós temos precisamente um relatório sobre os *tuk-tuk*, para ser apreciado na Sessão de hoje.”-----

----- **O Senhor Paulo Oliveira**, em nome da Associação Nacional dos Empresários de *tuk-tuk*, fez a seguinte intervenção: -----

-----“*Eu venho falar em nome da ASTUK, que é a Associação Nacional de Empresários de tuk-tuk e representamos neste momento 80% dos operadores de tuk-tuk da Cidade de Lisboa.* -----

----- *Venho chamar à atenção para a qualidade e novidade que são estes equipamentos na Cidade de Lisboa e acima de tudo que trabalham em prol do turismo. Para além de tudo isso, gostaria de chamar à atenção de algumas situações que nesta comissão, relativamente a novembro, foi aqui discutido. Esclarecer também relativamente à atividade dos tuk-tuk.* -----

----- *Muito me surpreende que sobre a Segunda Comissão Permanente tenham sido relevadas as opiniões de uma empresa, segundo vejo aqui, de eco tuk-tuks que representa menos de 1% do mercado. Tenho muita dificuldade em entender como é que esta comissão releva essa opinião.*-----

----- *Para além de tudo isso, perceber também porque é que os senhores taxistas, a ANTRAL, foram inclusos neste mesmo exercício de opinião que vem neste parecer ou relatório sobre os tuk-tuks em Lisboa.*-----

----- *Nós, os vários empresários de tuk-tuk, fomos chamados para uma reunião com o Senhor Professor Tiago Farias, que é o Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes, há duas semanas atrás, onde nos foram pedidas algumas propostas de abordagem à situação dos tuk-tuks em Lisboa e hoje, muito surpreendentemente, somos confrontados com o agendamento para esta Assembleia Municipal referente aos tuk-tuks.* -----

----- *Não tenho grande entendimento, nem percebo o porquê desta situação. Há qualquer coisa menos bem explicada, porque de alguma forma pedem a nossa colaboração para a elaboração de uma abordagem sobre a situação dos tuk-tuks esta Assembleia encontra-se hoje a decidir sobre o parecer relativamente ao qual estamos a discutir.*-----

----- *Diz-se também neste parecer que querem regulamentar sobre os tuk-tuks. Ora, os tuk-tuk já estão enquadrados e já estão regulamentados. Nós temos um alvará, nós preenchemos todos os requisitos de segurança que nos são exigidos pela Lei e, portanto, temos dificuldade em perceber como é que a Câmara pretende fazer para regulamentar de novo os tuk-tuks, porque eles já têm regulamentação.* -----

----- Para além de tudo isso, em termos de segurança, o código da estrada é de facto exigente e nós cumprimos as regulamentações do código da estrada. -----

----- Relativamente às questões ambientais, que parece-me ser uma das bandeiras desta edilidade e muito marcada, estranhamente marcada, para todos os efeitos nós temos, nós ASTUK e é em nome deles que eu falo, temos 80 a 90% do mercado. Todos eles são carros de 2014 e 2015 com certificado de homologação europeia, onde estão definidos exigentes critérios das homologações, quer de gases, quer de sonoros. Portanto, não vejo o porquê deste entusiasmo camarário relativamente ao fator de poluição dos tuk-tuks. -----

----- Para além de tudo isso, nós trazemos à cidade neste momento, temos uma dinâmica junto dos bairros históricos, temos uma dinâmica junto da parte baixa da cidade. Não entendemos as limitações que a Câmara nos quer impor relativamente por exemplo ao transporte. Como é que a Câmara vai regulamentar por exemplo o transporte de bagagem? Como é que vai discriminar o transporte de bagagem? É uma coisa que eu tenho alguma dificuldade em perceber. -----

----- Diz a Câmara que quer criar uma moratória para que todos os veículos em circulação sejam elétricos no futuro. Qual é essa moratória? Qual é o tempo que pretendem? Como é que a Câmara entenderá substituir os veículos hoje existentes com investimentos avultados dos empresários que decidiram, ao abrigo daquilo que está minimamente sancionado, investir num negócio para bem da cidade e como é que a Câmara pretende fazer essa alteração e qual é o prazo com que a Câmara pretende essa mesma alteração. -----

----- Mais uma vez, não entendo a colagem abusiva que é feita dos tuk-tuks aos taxistas ou vice-versa. Os tuk-tuks não são táxis, os tuk-tuks têm serviços diferentes de táxis, quer pela sua excelência, quer pela sua abordagem ao mercado. Os tuk-tuks são operadores turísticos e trabalham com turistas, os táxis trabalham com transporte de passageiros. São situações perfeitamente diferentes e que devem ser separadas. -----

----- É só o que tenho a dizer? -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminou a intervenção do público. Eu tenho de qualquer maneira de esclarecer o Senhor Paulo Oliveira, que a Assembleia Municipal é um órgão independente da Câmara Municipal, e portanto, as comissões da Assembleia Municipal podem se pronunciar sobre os assuntos que muito bem entenderem. -----

----- Ouvimos aqui as suas palavras, considera que não terá sido ouvido na preparação desta proposta da 2ª Comissão, teremos naturalmente isso em conta, mas as diligências do Senhor Diretor Municipal da Mobilidade dos serviços da CML, não têm nada a ver com as diligências da Assembleia Municipal, são órgãos independentes. -----

----- Naturalmente que se houver algum regulamento ou alguma proposta que a Câmara queira fazer à Assembleia Municipal terá que ser apreciada aqui, mas a Assembleia Municipal pode fazer recomendações. E é disso que se trata hoje e que



iremos tratar mais daqui a um bocado, que são recomendações à Câmara, para ter em atenção um certo número de aspetos relativamente aos *tuk-tuk*.-----

----- Feito este esclarecimento. Dizer-vos Senhores Deputados Municipais, que temos que apreciar um pedido de renúncia do Senhor Deputado Municipal António Arruda, do MPT.-----

----- O Senhor Deputado Municipal António Arruda apresentou o seu pedido de renúncia por razões ao abrigo da lei, portanto, tem legitimidade e a lei permite-o, e terá que ser substituído pelo membro eleito seguinte na lista que é o Senhor Deputado Municipal John Baker. Já foi Deputado Municipal em mandatos anteriores. Que me disse que iria chegar um pouco mais tarde, mas vejo que já está presente e já assinou o seu termo de posse, e portanto, este assunto fica esclarecido.-----

----- Julgo que não há dúvidas da vossa parte. Não temos dúvidas sobre a renúncia do Senhor Deputado Municipal António Arruda, tem que ficar registada na Ata e ser colocada no *site*, para atualização da composição da Assembleia Municipal.-----

----- Vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.”-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Começa com a leitura do expediente. O Senhor Primeiro-Secretário vai fazer um resumo rapidíssimo do expediente que recebemos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** no uso da palavra, fez um resumo do expediente:-----

----- “Senhores Deputados Municipais como tem sido hábito, só para dizer, que naturalmente, o expediente está disponível.-----

----- Há expediente proveniente da Assembleia da República, de representações diplomáticas, nomeadamente da França e da Palestina, deliberações de autarquias locais, da área Metropolitana de Lisboa, quer do Concelho Metropolitano quer da Comissão Executiva Metropolitana, e de diversas associações.-----

----- Portanto, este expediente está disponível para quem o quiser consultar.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “E a lista do expediente entrado será colocada no *site*, também para conhecimento de todos os Grupos Municipais e para quem queira saber que expediente é que nós recebemos.”-----

----- **Apreciação e votação das Atas n.º39, n.º41, n.º43, n.º44, n.º45, n.º46 e n.º47:** --

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte do PAOD que é a aprovação de Atas.-----

----- Houve um esforço grande dos serviços, no sentido de pôr em dia o maior número possível de Atas.-----

----- Temos a **Ata n.º39** de 29 de Julho, **Ata n.º41** de 16 de Setembro, **Ata n.º43** de 30 de Setembro, **Ata n.º44** de 14 de Outubro, **Ata n.º45** de 21 de Outubro, **Ata n.º46** de 28 de Outubro e a **Ata n.º47** de 4 de Novembro à consideração dos Senhores Deputados Municipais.-----

----- Ninguém se inscreve, a Mesa vai pôr à votação em conjunto, este conjunto de Atas. As **Atas n.º39, n.º41, n.º43, n.º44, n.º45, n.º46 e n.º47** foram aprovadas por

**unanimidade** e serão colocadas oportunamente no *site* eletrónico da Assembleia Municipal.-----

----- Vamos entrar agora no período de discussão das matérias apresentadas pelos Senhores Deputados Municipais em devido tempo. -----

----- Há aqui um pormenor que eu queria pôr à vossa consideração e que é o seguinte. No conjunto de matérias que foram apresentadas, há uma recomendação do MPT, é a Recomendação 11/57, relativa a um maior escrutínio público das reuniões da CML. Esta manhã o PS faz uma outra recomendação sobre uma matéria próxima desta, embora não seja exatamente coincidente, pelo contrário, tem outras questões, mas é também pela continuação da política de aprofundamento dos mecanismos de acesso e participação dos cidadãos na gestão Municipal.-----

----- Eu falei com os respetivos Grupos Municipais. Eu própria não tive tempo de ler esta última recomendação que o PS deu entrada esta manhã, é a Recomendação 14/57, não tive tempo de a estudar e falei com o Senhor Deputado Municipal do MPT e com outros Grupos Municipais e pergunto se vêm inconveniente que estas duas recomendações que já deram entrada possam ser apreciadas em sede de ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal, para dar tempo a toda a gente para ver como deve ser esta documentação. Se não houver inconvenientes. O Senhor Deputado Municipal John Baker, já me tinha dito que não havia inconveniente. Ficariam então estes dois assuntos para serem agendados. -----

----- A Mesa eventualmente agendará também, como combinado ontem na conferência de representantes, o Relatório de Atividades da Assembleia Municipal até 31 de Dezembro de 2014, que já foi apresentada uma versão preliminar à conferência de representantes. Estou à espera de contributos dos partidos, mas que por essa altura já pode estar em condições de ser apreciado pelos Senhores Deputados Municipais e também tem um conjunto de recomendações para melhorar, não só os mecanismos de acesso e participação dos cidadãos e a transparência dos nossos trabalhos, mas mesmo até a sua eficácia e operacionalidade. Portanto, assim faremos numa próxima reunião. -

----- Posto isto, lembro mais uma vez os Senhores Deputados Municipais dos vários Grupos Municipais e respetivos gabinetes de apoio, que peço quando enviam documentos para agendamento para o PAOD, tenham cuidado com a designação moção ou recomendação. Isto ontem fez-me atrasar a distribuição dos documentos, porque vinham nomeados como moção documentos que eram recomendações à Câmara, tive que estar a renomear e a renumerar. Portanto, peço-vos para terem isto em consideração.-----

----- O nosso Regimento explica o que é que a diferença entre uma coisa e outra, as moções dirigem-se a quaisquer organismos e entidades exteriores ao Município, as recomendações dirigem-se à Câmara Municipal. -----

----- Portanto, sobre as recomendações, há um escrutínio maior e temos a obrigação de monitorizar o seu cumprimento, sobre as moções, são tomadas de posição que são enviadas a quem compete, mas não temos o mesmo dever de escrutínio, portanto, pedia a vossa atenção.-----

----- Por isso, foram reclassificados alguns documentos, o que significa na prática que temos três moções, catorze recomendações incluindo esta última agora do PS, sendo que a Recomendação 14/57 do PS e a Recomendação 11/57 do MPT, não serão apreciadas hoje, embora naturalmente possam querer pronunciar-se sobre elas, mas iremos agendá-las para uma próxima reunião. -----

----- Sendo assim a Mesa vai dar a palavra a quem estiver inscrito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apresentamo-nos hoje, saudando os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que se deslocaram a esta Assembleia Municipal. Apresentamos uma recomendação pela implementação dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal, durante o processo de transferência de trabalhadores do Município de Lisboa para as freguesias da cidade. -----

----- Considerando que existem trabalhadores que viram reduzidos os seus rendimentos de trabalho, como consequência do processo da sua transferência para as freguesias, nomeadamente com a eliminação do trabalho noturno em diversas freguesias da cidade. -----

----- Não são distribuídos fardamentos e equipamentos de proteção individual, em todas as freguesias e a todos os trabalhadores. -----

----- Existem limitações em várias freguesias, impostas aos trabalhadores que foram transferidos, no que respeita ao direito do gozo de folgas adquiridas enquanto ao serviço do Município, embora exista o compromisso por parte da CML de negociar a solução deste problema com as juntas de freguesia. O problema é as folgas, repito. -----

----- Os trabalhadores e seus representantes são confrontados com a obstaculização, por diversas formas, de exercício dos direitos sindicais. -----

----- Está a ser posta em causa na maior parte das freguesias a implementação da Deliberação n.º 6/AM/2014, que faz depender da vontade de cada trabalhador a opção pelo serviço de medicina no trabalho do Município. -----

----- Aumentou nas freguesias de Lisboa o recurso ao trabalho precário, através de contratos de prestação de serviços, recibos verdes e dos contratos de emprego e inserção. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2015, recomende à Câmara Municipal de Lisboa que providencie as diligências necessárias no sentido da rápida implementação dos compromissos, que foram assumidos por parte do Presidente da CML em nome da edilidade, com os trabalhadores transferidos da CML para as freguesias da cidade. -----

----- A transferência de trabalhadores e equipamentos para as juntas de freguesia, veio confirmar em muitos aspetos os desastres que se anunciavam. -----

----- Aí está a destruição de serviços municipais com décadas de trabalho comprovado, competências que se perderam e desorganização na Câmara Municipal, que é cada vez mais uma manta de retalhos ao serviço dos interesses e objetivos de António Costa e do PS e dos que por fora vão apanhando áreas, sectores e equipamentos para negócio próprio. -----

----- O serviço público que foi sempre prestado pela Câmara piorou ou ficou fragilizado.-----

----- Há freguesias que não recebem os financiamentos e meios a que a Câmara se comprometeu e é obrigada a entregar.-----

----- Os trabalhadores sofrem cortes nos salários e subsídios, têm dificuldades de apoio na medicina no trabalho, para além de outros prejuízos.-----

----- Os que ficaram em equipamentos entretanto extintos, querendo regressar à Câmara, não são atendidos.-----

----- A precariedade da contratação nas freguesias cresce a olhos vistos.-----

----- Alteram-se horários de trabalho, não se respeitam direitos sindicais e laborais, para além de outras faltas e até abusos de poder.-----

----- A descentralização e reorganização administrativa das freguesias, na confusão, ineficácia e erros cometidos, acrescenta-se a essa enorme perda de serviços municipais e à continuação de destruição de sectores, que interessa transformar em poderes transferidos para amigos e em negócios para os já privilegiados.-----

----- O Município de Lisboa é hoje um monte desarticulado de situações cada vez menos claras e ineficazes.-----

----- Não se responde à cidade nem às populações dos bairros e freguesias.-----

----- Com a ameaça de mais centralização de competências na saúde, na educação e nas áreas sociais, do Governo para as Câmaras Municipais, novas ameaças se preparam para a vida de Lisboa, com uma maioria absoluta do PS que colabora desde há anos na destruição do que existe e é essencial para o Município e para a área metropolitana.-----

----- O PCP saúda a luta dos trabalhadores da Câmara e das juntas de freguesia e propõe a esta Assembleia Municipal, que Câmara Municipal e o seu Presidente cumpram as suas obrigações para com os trabalhadores e os reais interesses da cidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma grande saudação aos trabalhadores da Câmara Municipal e à sua luta que hoje está aqui presente.-----

----- O BE apresenta hoje duas moções e três recomendações que se pronunciam sobre o oitavo de março, evocando-se e atualizando-se as lutas travadas por tantas e tantas mulheres em todo o mundo ao longo das décadas, defendendo os direitos laborais, sociais, ao voto, à educação, à terminação, ao corpo, enfim, defendendo dignidade e conquistando direitos, tantas vezes perdendo a vida neste processo de luta, celebra-se o Dia Internacional da Mulher.-----

----- Nesse dia evidencia-se as desigualdades sociais e de género, auferem salários mais baixos que os homens, as mais afetadas pelo desemprego, pela dupla jornada de trabalho, a fé na conciliação da vida familiar e profissional. Continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica, morrendo à mão dos seus companheiros, pelo que se exige que o dia internacional da mulher, que a CML o implemente de

imediate, o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica, e que priorize o reforço da abertura de mais casas de abrigo. -----

----- O dia oito de Março é o Dia Internacional da Mulher, que reconhece e atualiza as lutas feministas e homenageia o combate das mulheres que deram e dão vida na luta. E é na luta que devemos estar, na promoção da igualdade do combate contra a exclusão social e racismo, subordinando ao tema afrodescendentes, reconhecimento, justiça e desenvolvimento. O principal objetivo da década internacional consiste em promover o respeito, a proteção, a realização de todos os direitos humanos, liberdades fundamentais dos afrodescendentes, tal como o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem e de mais instrumentos jurídicos nacionais e internacionais. ---

----- A atuação do Estado Português nem sempre esteve a altura destes anseios de reconhecimento, justiça e desenvolvimento reclamado pelas comunidades afrodescendentes do País.-----

----- O ressurgimento do reforço das forças políticas declaradamente racistas, um pouco por toda a Europa, serve para reafirmar que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, qualquer doutrina de superioridade racial é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, politicamente inaceitável e deve categoricamente ser rejeitada e firmemente combatida. Pelo que é fundamental que a Câmara implemente uma estratégia política que integre as linhas definidas do programa de ação para a década, dos afrodescendentes, nos seus instrumentos de definição e gestão quotidiana de promoção da igualdade, do combate contra a exclusão social e o racismo. -----

----- Pelo que importa estreitar os laços de amizade e solidariedade entre os povos dos estados-membros da União Europeia, entre as respetivas cidades, pelo que propomos a geminação de Lisboa com Atenas. Afirmando a cultura Mediterrânica e o seu papel histórico e cultural, devendo-se para o efeito estreitar os laços entre os povos do Mediterrâneo e as suas cidades. Lisboa e Atenas são duas cidades que foram dinamizadoras e beneficiárias de contactos culturais entre as diversas civilizações, fruto de atividades mercantis marítimas antigas e intensas, que recebem fortes influências da cultura islâmica, fruto da presença prolongada dos povos islâmicos nos respetivos territórios. -----

----- Estamos num cenário em que as decisões democráticas do povo Grego chegam a ser postas em causa, pelos países membros da União Europeia. Em que a função de uma obstinada vontade de fazer vingar uma austeridade económica, que visa tão só uma estratégia monetária, sem curar do bem-estar dos povos. A solidariedade entre os povos e sua prosperidade, o respeito pelos mais elementares direitos fundamentais, pelos direitos económicos e sociais, devem nortear o projeto europeu, procurando ao mesmo tempo que fosse inclusivo e fonte de progresso.-----

----- O que nos leva a saudação do povo Grego pelos seus resultados nas eleições legislativas do passado dia vinte e cinco de janeiro na Grécia. Para além das escolhas políticas internas, que são matéria exclusivamente da responsabilidade do seu povo soberano, tiveram amplas repercussões internacionais, em particular na Europa. -----

----- Foram feitas escolhas democráticas, enfrentando a vontade dos agiotas internacionais, da *troika*, dos responsáveis europeus, por cinco anos de austeridade que conduziram o País ao desastre económico, social e humanitário. Fica demonstrado e vincado que existem alternativas políticas á austeridade. Por mais que o diretório europeu, com a Alemanha à cabeça, Passos Coelho e Paulo Portas no nosso País, afirmem e reafirmem que não há alternativas ao austeritarismo, ao tratado orçamental e que os povos têm que ser subjugados pelo fim do estado social e viverem da caridadezinha, os resultados da Grécia abriram nova estrada de esperança na luta de que há efetivamente alternativa. -----

----- Uma última palavra só para a decisão da Câmara, que decidiu em toda esta luta progressista que tem vindo a ser desenvolvida, não só no nosso País com o 25 de Abril, a implementação do estado social e todos os direitos democráticos que hoje o povo Português e os trabalhadores têm, ter aceite uma proposta do CDS de comemorar o 25 de Novembro. Esquecendo-se que o 25 de Novembro é fonte hoje de onde nós estamos e onde chegámos, em relação à política de austeridade que nós estamos a sofrer. -----

----- Portanto, é uma proposta que nós também aqui colocámos, que é de repúdio pela decisão da Câmara, que por proposta do CDS tenta esbater a diferença entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, o que significará dar força aqueles que estão a liquidar o estado social e laboral.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Aproveito para saudar os trabalhadores do Município que mais uma vez lutam pelos seus direitos e por mais condições. -----

----- Relativamente ao PAOD de hoje, «Os Verdes» apresentam neste PAOD três documentos. -----

----- Uma moção “Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados”, uma recomendação sobre o “Pavilhão Desportivo Carlos Lopes” e outra sobre as “Acessibilidades na estação do Metropolitano da Baixa-Chiado”. -----

----- Apresentamos a moção sobre Monsanto porque a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a concessão de vários espaços e edifícios do Parque Florestal de Monsanto para a instalação de equipamentos hoteleiros e de restauração, por um prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais trinta anos. -----

----- Assim, a empresa concessionária poderá explorar a Quinta da Pimenteira, onde se localiza um dos viveiros municipais, o Moinho do Penedo, a Casa do Presidente e outras casas de função. -----

----- Qual será o resultado desta decisão da autarquia? -----

----- Inviabilização do acesso e usufruto públicos, inutilização de três campos de basquete que são utilizados diariamente por inúmeros praticantes da modalidade, espaços que passarão a estar vedados e sobrecarga do Parque. -----

----- A posição de «Os Verdes» sobre isto é muito clara. Este espaço verde é extremamente importante e a Câmara não pode continuar a permitir e a promover a

sua delapidação, contrariando a política que deve ser seguida, que a é de proteção e preservação e nunca o contrário.-----

----- Muito simplesmente propomos que a Câmara atue em conformidade, com o que é sua responsabilidade e com o valor do Parque Florestal de Monsanto.-----

----- Lançamos ainda um repto. Propomos que o Executivo remeta a esta Assembleia Municipal a proposta n.º 267/2014 e que promova um debate público alargado sobre o Parque Florestal de Monsanto.-----

----- Sobre a recomendação referente ao Pavilhão Carlos Lopes, e tendo em conta que representa uma mais-valia para a cidade de Lisboa, apesar de se encontrar encerrado desde 2003 e já bastante degradado, propomos a sua recuperação e reabilitação, de forma a devolver este edifício emblemático à cidade de Lisboa e a salvaguarda do seu património artístico.-----

----- Propomos ainda que a Câmara assuma claramente um papel ativo na reabertura e utilização pública do Pavilhão Carlos Lopes, devolvendo a sua valência para usufruto lúdico e desportivo da cidade.-----

----- Por fim, apresentamos a recomendação sobre as acessibilidades na estação da Baixa-Chiado porque das cinquenta e cinco estações do Metropolitano de Lisboa, apenas trinta possuem uma verdadeira acessibilidade plena, entre o átrio e a superfície, para utentes com mobilidade reduzida, e a Baixa-Chiado, uma das estações mais movimentadas, não tem estas acessibilidades.-----

----- Nesta estação existem, nas saídas, doze lanços de escadas rolantes, que avariam com frequência durante longos períodos de tempo. Em complemento, tem estado prevista, desde que a estação abriu, em 1998, a construção de um elevador de acesso, desde o átrio até à superfície.-----

----- A empresa chegou mesmo a adquirir um edifício de seis pisos para instalar uma boca de Metro onde se previa ser montado este elevador. Passados todos estes anos, este projeto nunca chegou a avançar, estando o prédio devoluto e vedado com tapumes.-----

----- Recentemente, o Metro anunciou que pretende alienar o imóvel com o objetivo de otimizar o património da empresa, adiando, mais uma vez, as soluções que garantiriam uma acessibilidade efetiva dos utentes.-----

----- Perante estes factos, propomos que a Câmara diligencie junto do Governo no sentido de sensibilizar a Administração do Metro para o reconhecimento da relevância da construção de um elevador de acesso desde o átrio da estação da Baixa-Chiado até à superfície e que diligencie para que seja realizado um estudo técnico tendente à construção do referido elevador nesta estação, que garanta uma efetiva acessibilidade plena aos seus utentes.-----

----- Por último, informar que «Os Verdes» pretendem subscrever a Moção n.º 3, do PNP, pela manutenção do Oceanário de Lisboa na esfera do domínio público.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O MPT coloca à consideração do Plenário dois documentos.-----

----- O primeiro documento diz respeito aos problemas de estacionamento junto ao Hospital de São Francisco Xavier. Estamos a falar de um hospital inaugurado há quase trinta anos, que nasceu num edifício construído nos anos setenta. Mais recentemente, e bem, o hospital foi ampliado com a construção de um novo edifício com mais valências, onde foi construído um parque de estacionamento coberto com cerca de duzentos e noventa lugares, e que diariamente se encontra quase sempre lotado. Assim, os utentes e trabalhadores do hospital, face à falta de estacionamento, vêem-se obrigados a procurar alternativas seja ao longo da envolvente ou ao longo da Avenida das Descobertas em estacionamento desordenado e improvisado, colocando em causa a normal circulação nos acessos ao hospital, não só aos automobilistas, bem como os peões e ciclistas.-----

----- Para agravar a situação na envolvente, existem dois grandes equipamentos escolares que nos horários de entrada e saída de alunos, provocam um forte congestionamento na Avenida das Descobertas, e conseqüentemente, nos acessos ao hospital. -----

----- Os utentes que se deslocam em transportes públicos têm que ficar na Avenida das Descobertas, contudo, os que saírem na paragem do lado da Escola Secundária do Restelo têm, por questões de segurança, que utilizar a passagem aérea. -----

----- Apresentamos também o tema da concessão a privados do espaço no Parque Florestal do Monsanto. Trata-se de um tema que comumente também é apresentado por outras forças políticas, mas por questões de gestão de tempo, manifestaremos a nossa posição no ponto sobre a informação escrita do Senhor Presidente.-----

----- Em relação aos restantes documentos em discussão, o MPT destaca a recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, tanto que durante este mandato, também nos já apresentamos uma recomendação acerca do Pavilhão Carlos Lopes. Embora o documento apresentado hoje, não traga nada de novo no nosso entender, ao documento apresentado por nós, iremos votar favoravelmente ao mesmo.-

----- Ainda sobre o tema em questão, o MPT interpelou o Executivo sobre a desistência do centro de congressos e o Vice-Presidente afirmou, que o Executivo estudou uma solução de forma a possibilitar a sua recuperação até ao final do presente mandato. Continuamos a acompanhar de perto a situação. -----

----- Por último destacamos a recomendação “Promoção de igualdade, do combate contra a exclusão social e o racismo”, sobre o lema da década internacional dos afrodescendentes, que iremos apoiar favoravelmente, uma vez que esta assenta em princípios que o MPT defende. Consideramos ainda que o contributo dos municípios poderá ser um elemento fundamental na consolidação destes objetivos” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar eu quero louvar a Câmara e postar o meu sincero agradecimento por aquilo que foi feito nos Olivais. Foi no mandato anterior e isso deve-se à tenacidade do Senhor Vereador Manuel Brito, em que foi iniciado o processo da recuperação da piscina dos Olivais, que há mais de dez anos estava completamente degradada. -----



----- Foi uma luta difícil. -----

----- Tive a oportunidade de acompanhar essa luta durante o mandato anterior. Um esforço grande, quer do Senhor Vereador Manuel Brito, quer dos seus assessores, e o resultado está à vista. -----

----- Eu tive oportunidade de visitar as instalações, tive a oportunidade de me inscrever como utente e de facto as condições são maravilhosas e o preço é muito, muito, muito acessível. Eu só espero que com estes preços e desta forma, o projeto tenha viabilidade económica e que aquela piscina continue e aquelas instalações continuem a prestar o ótimo serviço, que têm prestado até hoje, espero que de facto isso aconteça. -----

----- Quanto às moções e recomendações, de uma maneira geral, nós não temos grandes objeções às moções apresentadas e recomendações apresentadas, apenas votaremos contra, e abertamente contra, duas moções. Uma em que repudia as comemorações, ambas aliás do BE, que repudia as comemorações do 25 de Novembro, confundindo uma coisa com outra. São duas datas, o 25 de Novembro e o 25 de Abril são duas datas completamente diferentes, com significados diferentes, mas ambas contribuíram para a democracia, e para o estabelecimento do estado de direito, e dos direitos sociais, e da igualdade, tudo aquilo que é importante e que nós vivemos, graças a Deus. Portanto, são as duas datas importantes, e portanto, as duas podem e devem ser comemoradas sem uma ofender a outra, de maneira nenhuma, pelo contrário. -----

----- Em relação à saudação ao povo Grego é evidente. Ninguém mais do que o PSD e eu próprio desejamos ao povo Grego as maiores felicidades. É um povo Europeu e desejamos sinceramente que continuem no Euro, que respeitem as normas e as regras, e as regras que são aceites por todos os membros da União Europeia, de forma a que contribuam para o seu fortalecimento, e sejam uma mais-valia na Europa e não o contrário. -----

----- É mentira que o Governo Português tenha de alguma forma obstaculizado...é mentira, é mentira, que de facto o povo Grego pudesse sofrer alguma represália porque elegeu o SYRIZA e não o PAZOK, por exemplo, é mentira. Eu por exemplo, pessoalmente, tenho bastante simpatia quer por este Primeiro-Ministro, quer pelo Ministro das Finanças Grego, acho que ambos...e esperamos e desejamos, que tenha as maiores felicidades. -----

----- Agora só vos quero lembrar que em contraponto em 1985, aquando do alargamento da Comunidade Económica Europeia, de dez membros para doze, ou seja, a inclusão da Espanha e de Portugal, a Grécia vetou. A Grécia vetou a entrada de Portugal na CEE, e a Grécia só aceitou mais tarde que Portugal e a Espanha entrassem na CEE, por um pacote financeiro muito muito vultoso, com o qual compraram os Gregos. -----

----- Portanto, são procedimentos completamente diferentes e eu não quero misturá-los. Não há dúvida que isto aconteceu em 85. Não há dúvida que o povo Grego, ou o Governo Grego, tentou obstaculizar que Portugal entrasse na Europa, mas neste

momento, Portugal não quer de maneira nenhuma que a Grécia saia da Europa. E esperemos que tenha sorte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PNPN traz hoje aqui de novo e pela segunda vez, num espaço de poucos meses, uma moção contra a intenção do Governo de concessionar a privados a exploração do Oceanário de Lisboa. De facto lamentamos, que depois desta Assembleia Municipal e outras entidades, se terem pronunciado contra esta intenção já, digamos, de algum modo manifestada pelo Governo, o Governo persista nesta sua intenção de o fazer. -----

----- Consideramos que é um desrespeito, por aquilo que tem sido essa vontade manifestada. Não vos vou obviamente maçar aqui, com a repetição dos considerandos que já aqui foram trazidos em defesa da moção anterior, que no fundo são os mesmos, a situação é exatamente a mesma. -----

----- Portanto, espero e conto com o apoio e a aprovação desta Assembleia Municipal, portanto, mais do que a generalidade dos Grupos Municipais, alguns deles, nomeadamente, o Grupo Municipal dos Independentes, do PS e do PEV, já manifestaram intenção de subscrever a própria moção. Nesse sentido apelo aos demais Deputados Municipais, para votarem favoravelmente esta nossa moção.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa, naturalmente, escusa de lembrar que o público não se pode manifestar, mas registamos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começava em primeiro lugar por saudar os trabalhadores do Município e das juntas de freguesia, que se encontram aqui hoje na sessão e sublinhar aquilo que sempre foi dito desde o início e que se mantém absolutamente prioritário para o PS. ---

----- Os trabalhadores das freguesias e da CML são indispensáveis para o sucesso da governação da cidade, e é com toda a atenção que desde o início e atualmente, se manterá a preocupação com a resolução dos problemas identificados, e por isso mesmo, encontrarão no PS todo o apoio, toda a disponibilidade, para continuar o diálogo, porque a palavra-chave é precisamente essa.-----

----- É com o diálogo que as freguesias da Cidade de Lisboa têm conseguido encontrar, com os trabalhadores que passaram para a sua esfera, solução para os problemas, que às vezes até, pelo facto de se encontrarem distantes do centro da governação não os conseguiam resolver com a mesma facilidade.-----

----- Também não quero vir aqui pintar um plano cor-de-rosa e dizer que tudo está ótimo na Cidade de Lisboa, quando sabemos que esta operação de transferência de competências ia ser difícil. Sabíamos que ia demorar e sabemos e sabemos, que ainda estamos a afinar muitos dos problemas, mas por isso mesmo é que a resolução apresentada pelo PCP, não corresponde a este espírito construtivo que se tem conseguido alcançar em muitas das freguesias da cidade, não tem correspondido até factualmente a muitas das coisas que se tem conseguido no que diz respeito aos

equipamentos de proteção individual, no que diz respeito à identificação de problemas com os postos de limpeza, no que diz respeito à necessidade de investimento que se tem vindo a fazer, e é graças à transferência para as freguesias da Cidade de Lisboa, que hoje muitos dos trabalhadores dispõem de mecanismos de que não dispunham antes para desempenhar as suas tarefas, e por isso mesmo, achamos que o caminho não deve ser este. Não deve ser um caminho de confronto, deve ser um caminho de cooperação, porque sempre que esse caminho foi abraçado e para isso todos nós, presidentes de juntas de freguesia, a CML, os trabalhadores e os sindicatos, encontramos sempre soluções que satisfazem, quer os municípios, quer os trabalhadores da cidade, e por isso, rejeitamos um bocadinho a leitura tremendista e um pouco enviesada daquilo que está a ser a realidade. Reconhecemos que as coisas não estão perfeitas, mas também ao ponto de dizer que é um descalabro completo, vai um passo muito maior do que aquele que a realidade nos permite, portanto, sem demagogia eu acho que podemos todos encarar e todos podemos fazer este balanço. Podemos verificar coisas que correram melhor, coisas que correram pior, mas acima de tudo devemos manter a mesma capacidade e em conjunto servir os interesses dos trabalhadores e servir os interesses da Cidade de Lisboa e dos seus municípios. -----

----- Dito isto, em relação a algumas outras propostas o PS também gostaria de sublinhar, quais vão ser os seus sentidos de voto e as opções que toma em relação a muitas delas. -----

----- No que respeita às moções relativas à Grécia, genericamente, à saudação ao ato eleitoral, mas em particular, à proposta mais concreta que diz respeito ao Município que é a da geminação. Apenas formulávamos uma sugestão, tendo em conta a política que é clara na Cidade de Lisboa quanto às opções em termos de geminação e que têm apontado para só haver geminações com aqueles que são municípios ou capitais de língua Portuguesa, ou capitais inseridas na CPLP, ou os nossos vizinhos, que é o caso que levou às geminações com Rabat e com Madrid. Aqui optar-se-ia, parece-nos, por uma solução que é mais adequada à política municipal neste domínio, que é a de optar por um acordo de amizade e se o BE tivesse disponibilidade para fazer esse acerto, poderíamos muito mais facilmente operacionalizar o acordo com Atenas, e portanto, ter também essa valia para a Cidade de Lisboa e para o relacionamento com a Grécia. -

----- No que respeita já às considerações relativas ao ato eleitoral, obviamente que é de saudar qualquer alteração que possa significar um rumo em que a Europa se reencontre a si mesma, e se reencontre a si mesma numa lógica de solidariedade e não numa lógica de imposição de soluções. E por isso mesmo é que, de facto, olhando para a Grécia podemos encontrar, não necessariamente um caminho a copiar, mas pelo menos uma atitude em relação aos parceiros Europeus, que de facto, pode trazer vantagens para a construção do espaço Europeu. -----

----- Descendo novamente aqui à nossa cidade, a questão do Monsanto. Também é um assunto que está em cima da mesa, por via de três propostas que são aqui hoje apresentadas e em relação às quais há que distinguir duas coisas, por um lado a questão da legalidade e por outro lado a questão do mérito. -----

----- Quanto à questão da legalidade, para mim parece que é bastante claro que não são de acompanhar as objeções que foram formuladas, uma vez que aquilo que se trata é de uma concessão de exploração de um espaço que é propriedade do Município, e portanto, enquadra-se naquelas que são as competências municipais, isto é, as competências da Câmara Municipal, e conseqüentemente, não nos parece que haja aqui espaço para encontrar a dúvida de legalidade que é colocada, portanto, quanto a isso não acompanharemos as formulações que foram apresentadas no que respeita às moções. -----

----- Mas também quanto à substância e quanto à matéria de fundo, há que ter em conta que aquilo que está previsto para aquele local corresponde integralmente ao que está estipulado no Plano de Gestão Florestal do Monsanto, por outro lado visa acabar com a degradação continuada daqueles espaços e voltar a pô-los ao serviço da população, através desta intervenção. -----

----- Finalmente uma questão que tem gerado grande equívoco e que também tem gerado grande preocupação por parte dos munícipes e que diz respeito aos campos de basquete. Não só os campos de basquete não estão abrangidos por qualquer operação de privatização que feche o seu acesso, como antes pelo contrário, isto permitirá não só reforçar a quantidade desses espaços mas também requalificar aqueles existentes. A intervenção naquele local circunscreve-se à recuperação do moinho e não haverá afetação daquilo que é um espaço já hoje fruído, com um equipamento desportivo de livre acesso, por parte daqueles que lá se deslocam para a sua atividade física e desportiva. -----

----- Quanto ao ponto apresentado, mais uma vez e muito bem pelo PNP, também aqui o PS se gostaria de associar e sublinhar a importância de não se perder um espaço, que é um espaço público, de gestão pública de sucesso e de qualidade. Curiosamente, isto vem precisamente ao encontro do que é o erro estratégico da governação que por vezes enfrentamos. Enquanto por um lado se nacionaliza o prejuízo e um equipamento que podia ser rentabilizado, como é o caso do Europarque, que ainda a semana passada o Governo transferiu para a esfera pública quando está deficitário e quando coloca um problema, aqui temos um equipamento público, que está ao serviço da comunidade, que não é problemático na sua gestão financeira e a opção é aliená-lo e dar lucro onde ele não faz falta, porque ele de facto hoje, onde se encontra, na esfera pública, serve muito melhor as preocupações da cidade, as preocupações dos munícipes e em particular a capacidade de dinamização daquele espaço, no qual, inegavelmente tem representado uma mais-valia. -----

----- Finalmente acompanhamos as moções apresentadas contra o Pavilhão Carlos Lopes e as acessibilidades na Baixa-Chiado, também em relação ao 8 de Março e aos afrodescendentes, também contarão com o voto favorável do PS. -----

----- A moção apresentada pelo MPT quanto à reorganização de estacionamento e de tráfego é que nos merece algumas reservas quanto ao ponto 2º, uma vez que procura dar competências à Polícia Municipal para a qual ela não estaria habilitada, e portanto, de resto acompanhamos a preocupação, o ponto 2º é que é mais problemático em termos de uma votação favorável. -----

----- E finalmente também aproveitava para dar nota da própria moção que o PS apresenta, para que se possa batizar com o nome de Rosa Lopes a piscina municipal. Portanto, também aqui mais uma vez darmos um contributo, no sentido mais uma vez de valorização daqueles que são figuras emblemáticas da atividade desportiva. Aqueles que são figuras que devem estar associados a equipamentos desportivos da cidade, para que a cidade também possa rever-se nos seus atletas e continuar a construir uma memória coletiva para aqueles que usufruem destes mesmos espaços municipais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostávamos de saudar todas as forças políticas que apresentaram hoje iniciativas e que com a generalidade das quais concordamos e votaremos a favor, ainda que tenhamos algumas questões relativamente a três recomendações, que eu falarei de duas. -----

----- Uma delas a Recomendação 8/57 do BE, que saúda o Dia Internacional da Mulher e que com certeza concordamos, no entanto gostaríamos de apontar que se recomenda também aqui nesta iniciativa que a CML implemente o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e priorize a abertura de casas sem-abrigo, mas lembrávamos que foi aprovado nesta sessão da Assembleia Municipal de 16 de Setembro de 2014, este plano municipal e que já se encontra em implementação e que também é do conhecimento público, que existem doze fogos protocolados entre a CML, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Associação de Mulheres Contra a Violência. Pelo que não entendemos esta segunda parte que é aqui recomendada e iremos pedir à Mesa se é possível destacar a primeira parte, saudar o Dia Internacional da Mulher e a outra, porque não compreendemos estas recomendações do BE quando são duas matérias que já estão implementadas e a decorrer. -----

----- Relativamente à Recomendação 9/57, também do BE, gostaríamos de frisar que apesar de irmos votar a favor, lembrávamos também que houve uma proposta de Câmara aprovada em Setembro de 2014, a 546, que aprovava o Plano Municipal de Integração de Imigrantes em Lisboa e onde vem já expresso nos seus objetivos deste plano, muitos dos que estão em consonância também com este programa de ação e a sua estratégia. Lembramos também que além disso, como sabemos, estão marcados para Abril um debate temático sobre migrações e demografia, onde certamente a Câmara será esta matéria que trará a discussão. Obviamente que a parte mais interessante, julgamos, desta recomendação do BE, seria o indicar que Lisboa ainda não faz parte da Coligação das Cidades Europeias Contra o Racismo e deveria fazer. Achámos até que devia estar na parte deliberativa e que certamente a Câmara concordaria com isso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quería-me referir muito brevemente às duas moções que o BE surpreendentemente aqui nos traz hoje, surpreendentemente e até chocantemente. -----

----- A relativa ao 25 de Novembro e a moção para a geminação da Cidade de Lisboa com Atenas.-----

----- Relativamente à do 25 de Novembro, queria dizer que foi com muito orgulho que o CDS apresentou a iniciativa da comemoração do dia 25 de Novembro. O 25 de Novembro para nós e para a maioria dos Portugueses, diria mesmo, para a esmagadora maioria dos Portugueses. -----

----- É o início do verdadeiro Portugal democrático, do Portugal não tutelado, do Portugal não nacionalizado, do Portugal que acabou com o PREC, do Portugal que não quis os autoritarismos coletivistas preconizados, penso eu, ainda hoje pelo BE. O 25 de Novembro é exatamente aquilo que vocês BE, nada aprenderam com quarenta anos de democracia em Portugal e que persistem em querer para um País que se quer livre e verdadeiramente democrático.-----

----- Relativamente à geminação da Cidade de Lisboa com Atenas, é uma moção que eu diria de uma inoportunidade e de um oportunismo chocante. -----

----- Portugal tem relações com Atenas há mais de quatro mil anos. Foram os Fenícios e os Gregos os primeiros a chegar a Portugal. Temos boas relações, somos democráticos, somos da União Europeia e queremos o melhor para os nossos povos.---

----- Não entendemos porque é que numa atitude de um oportunismo chocante, veem neste momento preconizar uma geminação que é totalmente inoportuna, politicamente muitíssimo má e que não compete sequer a uma Assembleia destas, enveredar por caminhos que são da política Nacional e da política Europeia.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais terminámos a primeira ronda de intervenções, temos dois Senhores Deputados Municipais inscritos para a segunda ronda, um do PS e outro dos Independentes e depois a seguir iremos passar às votações.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leal (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Venho aqui referir-me à Moção nº1/57, apresentada pelo BE, e não pretendo de todo transformar esta intervenção num debate sobre o passado, mas confesso que os termos em que está redigida a moção e os seus considerandos, surpreenderam-me um pouco e merecem algumas considerações. -----

----- O BE sobre o título que escolheu para a moção, “Teoria da submissão, 25 de Novembro no seu apogeu”, salta entre considerações sobre o passado, o presente e o futuro. Toca em temas tão abrangentes como os valores de Abril, com o pano de fundo encontramos diversas históricas e ideológicas certamente ao 25 de Abril e ao 25 de Novembro, à governação dos últimos quatro anos em Portugal, à obediência servil de Portugal aos mercados financeiros, à União Europeia, até a recente eleição democrática na Grécia tem lugar neste encadeamento de pensamentos. -----

----- Mas é de facto o radicalismo contido nalguma adjetivação que merece esta minha nota. Ora vejamos. O BE refere-se ao 25 de Novembro e passo a citar “com uma indecorosa ação militar golpista que inaugurou o regime”, presumo que o atual regime naturalmente, “onde se foram impondo a farsa e a mentira, como método de hegemonia das forças que fazem da política um negócio mais ou menos legal, mais ou

menos corrupto”, enfim, abstenho-me de comentar esta frase, os julgamentos de consciência são para cada um de nós, cidadãos.-----

----- Ao mesmo tempo em que caracteriza desta forma indecorosa o 25 de Novembro, e o atual regime, naturalmente, faz alusão às virtudes da Constituição de 1976 e no facto de nestas estarem verdadeiramente impregnados os valores do 25 de Abril. Não se engana realmente em relação à Constituição e curioso é conotar que do total de duzentos e cinquenta Deputados constituintes, duzentos e quarenta foram eleitos em listas das forças políticas, que indica como executoras ou como inspiradoras deste golpe, indecoroso no fundo, usando as palavras do BE. -----

----- Enfim, mais à frente no ponto 5 identificam os então inspiradores e executores do 25 de Novembro como, e cito, “uma coligação político-militar, PS, PSD, CDS, e militares assustados”, sobre isto Senhores Deputados Municipais e Senhores Deputados Municipais do BE, acredito que homens como Vasco Lourenço, como Melo Antunes, como Ramalho Eanes, Vítor Alves, Cardoso Fontão, Vítor Crespo, Garcia dos Santos, Eugénio de Oliveira, entre muitos e muitos outros que foram militares do Movimento das Forças Armadas antes do 25 de Abril. Que foram promotores do próprio 25 de Abril, membros da Comissão Coordenadora do MFA, não podem ser adjetivados, não podem ser considerados, não podem ser titulados como militares assustados, nem pelo BE, nem por nenhuma outra força que se diga democrática nesta Assembleia Municipal. -----

----- Mas no fundo, para quê esta moção? Qual é o fundamento deliberativo desta primeira moção do BE? -----

----- Repudiar a Câmara Municipal por ter aprovado uma proposta do CDS para evocar o 25 de Novembro.-----

----- Distancio-me também de uma leitura demasiado ideológica, feita pelo Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, por quem aliás tenho consideração pessoal, mas não se trata para nós, e foi nesse intuito que também o aprovámos, de uma comemoração e é isso que aliás diz no texto da proposta do CDS, é no fundo uma data evocativa. Evocativa, não institucionalizada, isto é, a Câmara não passará a comemorar o 25 de Novembro, mas é simplesmente uma assinalação dos quarenta anos sobre o 25 de novembro que se fazem em 2015.-----

----- O 25 de Novembro terá muitas interpretações, desperta ainda hoje muita paixão, muita divisão, mas nas palavras de Vasco Lourenço, e cito, “os vencedores do 25 de Novembro, foram os que impuseram retornar ao espírito do 25 de Abril, ao recriar condições para que a Assembleia Constituinte pudesse aprovar a Constituição, assim se cumprindo a principal etapa da democratização”. -----

----- O PS não esquece as datas históricas de Portugal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas duas notas breves para referir, por um lado a proposta louvável do MPT a propósito do problema no Hospital São Francisco Xavier, no âmbito do estacionamento, obviamente que é uma prioridade a segurança, mas louvar mais a

iniciativa até porque coloca a tónica não apenas na necessidade de uma solução de estacionamento, mas numa solução integrada. -----

----- Estamos já com demasiados automóveis e antes de colocarmos mais estacionamento, temos de perceber se é de facto necessário colocar apenas e só mais estacionamento, ou pelo contrário, integrar, estudar, analisar as soluções que estão ao dispor num determinado local dos seus utentes. -----

----- Por um lado, em termos de equidade social, e por outro, porque também a democracia e o nível da democracia afere-se pelo nível de acesso e de acessibilidade que todos poderão ter na cidade.-----

----- Por outro lado e na mesma linha, a questão da acessibilidade à estação da Baixa-Chiado, proposta apresentada pelo PEV, a que nos vamos associar.-----

----- Obviamente que o Metro faz parte de uma solução de mobilidade, tem de ser uma mobilidade para todos. -----

----- Associamo-nos à proposta, no entanto, é absolutamente essencial que não seja apenas a estação da Baixa-Chiado, mas também as outras que tenham não só elevadores, mas também acesso a bicicleta com calhas específicas. E recordo, apenas para terminar, que já no dia 25 de outubro de 2013, José Barragão, Diretor de operações do Metro, disse em sessão pública que iriam levantar as restrições à utilização das escadas rolantes por parte de bicicletas, aquilo que já acontece, por exemplo, na CP. Passado este tempo, ainda não foi feito nada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminámos as intervenções. -----

----- Senhores Deputados Municipais vamos passar às votações. Temos aqui algumas coisas que vão ter de ser votadas por pontos e eu irei informando, passo a passo, como é que as coisas se vão processar.-----

----- Temos em primeiro lugar a **Moção n.º1/57**, apresentada pelo BE, intitulada “*A teoria da submissão, o 25 de Novembro no seu apogeu*” e a Mesa vai por esta Moção à votação.-----

----- (A **Moção n.º 1/57** “*A teoria da submissão, o 25 de Novembro no seu apogeu*”, apresentado pelo BE, fica anexado à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- O microfone ao Senhor Deputado Municipal José Casimiro”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era só para informar a Mesa, e eu já o devia ter feito, que na página 2 “e o momento chegou” da moção sobre o 25 de Novembro, é para retirar este parágrafo.”

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Qual?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na página 2 ao cimo, “e o momento chegou”. -----

----- Depois, já agora também, informar que em relação à **Moção n.º 2/57** que será votada seguidamente, após contactos com os diversos Grupos Municipais, também



queríamos alterar o ponto 1, que passa a ler-se “saúdo o povo Grego que numa situação económica e social dramática, deu um exemplo de dignidade e democracia à Europa e ao Mundo.””-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado Municipal, assim se fará. -----

----- Há aqui uma alteração nos considerandos da Moção n.º1. Há a retirada do último parágrafo do considerando nomeado n.º4, o último parágrafo é retirado, mas, como sabem, o que nós votamos em termos deliberativos da Assembleia Municipal é a proposta final, é a parte da deliberação, os considerandos fazem parte da explicação, mas não são votados pela Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, a moção tem dois pontos, o primeiro ponto diz “Repudiar a decisão da Câmara que, por proposta do CDS, tenta esbater a diferença entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, o primeiro liquidou o regime fascista, ergueu o Estado social com o apoio esmagador do povo que ocupou de imediato as ruas; o segundo, para se impor, obrigou o povo, sob ameaça das armas, a retirar-se das ruas que lhe pertencem e a liquidar o Estado social e laboral. A democracia real contra uma tirania informal.” E o segundo ponto é um ponto de encaminhamento. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção nº 1/57, “A teoria da submissão, o 25 de Novembro no seu apogeu”**, apresentada pelo BE. A Moção foi **rejeitada**, com votos a favor de PCP, BE, PEV e 5IND, votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPV e 3Mesa da AML. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)----

----- Eu informo que irei apresentar uma Declaração de Voto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** apresentou posteriormente a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Votei contra a Moção 1/57 do BE relativa ao 25 de Novembro, por se fundar numa visão distorcida da história, que eu própria vivi como deputada constituinte em 1975. -----

----- O 25 de novembro teve como principal objetivo impedir a deriva antidemocrática que ameaçava pôr em causa a realização de eleições livres em 1976 e a consolidação da democracia e do Estado de direito em Portugal. -----

----- A leitura póstuma que o BE apresenta nesta moção é uma visão utópica e mesmo romântica do que foi o combate entre as duas vias que se confrontaram no PREC, a via democrática e constitucional e a via revolucionária, que, não o esqueçamos, protagonizou um cerco à Assembleia Constituinte e um conjunto de movimentações militares e populares que podiam ter levado Portugal à guerra civil. -----

----- Houve derivas totalitárias à esquerda e à direita contra o 25 de abril. Mas as manobras golpistas de uma direita saudosa da ditadura, em torno de personagens como Spínola, não podem ser confundidas, como esta moção tenta fazer, com o genuíno impulso democrático de todos aqueles que rejeitaram essas derivas e conseguiram conduzir Portugal à consolidação da democracia e do Estado de direito.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à **Moção n.º 2/57** que é a Moção “**Saudação ao Povo Grego**”.-----

----- (A **Moção n.º 2/57 “Saudação ao Povo Grego”**, apresentado pelo BE, fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- Há um pedido para ela ser votada por pontos. -----

----- Ela tem três pontos, é para ser votada por pontos e há uma alteração no primeiro ponto, portanto, eu vou ler os pontos um a um. -----

----- Primeiro ponto “Saúdo o Povo Grego, que numa situação económica e social dramática, deu um exemplo de dignidade e democracia à Europa e ao Mundo.”. -----

----- É este ponto que vamos pôr à votação, com esta alteração. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 1 da Moção n.º 2/57, “Saudação ao Povo Grego”**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º1 da Moção foi **aprovado por maioria**, com o voto contra do CDS-PP, abstenção do PSD e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNP e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Só para orientação. O Senhor Deputado Municipal John Baker está aqui pela primeira vez neste mandato, e eu não conto os votos favoráveis quando verifico que tem maioria, portanto, contamos os contra e os de abstenção, só quando há dúvidas é que fazemos uma contagem. -----

----- Vamos passar ao Ponto n.º2, “Saúda as medidas anti-austeridade adotadas pelo Povo Grego e apoia a exigência de renegociação das dívidas soberanas a nível Europeu”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 2 da Moção n.º 2/57, “Saudação ao Povo Grego”**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º2 da Moção foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD e CDS-PP, abstenção de PS, MPT, PNP e votos a favor de PCP, BE, PEV, 6IND e o Voto de Qualidade da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião) -----

----- Dá dezoito contra dezanove, que eu saiba dezoito contra dezanove não é um empate, portanto, que eu saiba dezoito contra dezanove é uma maioria de dezanove por um voto. Portanto, o Ponto n.º 2 foi aprovado por uma maioria, que foi aquela que eu exprimi. E vou voltar a repetir, teve votos a favor do BE, do PEV, do PCP e 6IND, votos contra do PSD e do CDS-PP e abstenção dos restantes Senhores Deputados Municipais. -----

----- Vamos passar ao Ponto n.º 3, “Repudia o servilismo do Governo Português face aos poderosos da Europa, exigindo uma nova atitude digna de um povo soberano com mais de oito séculos de História”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 3 da Moção n.º 2/57, “Saudação ao Povo Grego”**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º3 da Moção foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD, CDS-PP e MPT, abstenção de PNP e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Passámos a **Moção n.º 2/57**, vamos passar agora à apreciação da **Moção n.º 3/57**, apresentada pelo PNP, sobre a manutenção do Oceanário de Lisboa na esfera do domínio público. Foi subscrita também pelo PEV, pelos Deputados Independentes e pelo PS.-----

----- Vamos pôr à votação.-----

----- (A **Moção n.º 3/57** “*Pela manutenção do Oceanário de Lisboa na esfera do domínio público*”, apresentada pelo PNP, fica anexado à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 3/57**, “*Pela manutenção do Oceanário de Lisboa na esfera do domínio público*”, apresentada pelo PNP. A Moção foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do CDS-PP, abstenção do PSD, MPT e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, PNP e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Terminámos as moções vamos entrar nas recomendações. -----

----- A **Recomendação n.º 3/57** é por alíneas?-----

----- A **Recomendação n.º 3/57**, apresentada pelo PEV, “Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados” tem quatro pontos e pedem para ser separada por pontos. -----

----- (A **Recomendação n.º 3/57** “*Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados*”, apresentada pelo PEV, fica anexado à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai lembrando ponto a ponto, o que é que cada ponto diz. -----

----- O primeiro ponto diz “Condenar a decisão da Câmara Municipal de Lisboa de concessionar os espaços públicos do Parque Florestal de Monsanto a privados, inviabilizando o seu acesso e usufruto públicos”.-----

----- Penso que as pessoas não estavam com atenção, vamos voltar atrás. -----

----- **Recomendação n.º 3/57**, ela tem cá em cima escrito moção mas é uma recomendação, está numerada a mão.-----

----- Tem como título “*Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados*” e é uma recomendação que se dirige realmente a decisões da Câmara, e portanto, o primeiro ponto diz “Condenar a decisão da Câmara Municipal de Lisboa de concessionar os espaços públicos do Parque Florestal de Monsanto a privados, inviabilizando o seu acesso e usufruto públicos”.-----

----- Alguém pede a palavra?-----

----- É que a Recomendação n.º 1 está na ordem de trabalhos e a n.º 2 também está na ordem de trabalhos, é essa a razão pela qual saltamos para a n.º 3. -----

----- Portanto, agora estão atentos e vamos voltar outra vez atrás e eu não vou voltar a ler.-- -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 3/57**, “*Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados*”, apresentada pelo PEV. O Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 3/57 foi **rejeitado**, com os votos contra do PS e PNP, abstenção do PSD, CDS-PP, MPT, 6IND e votos a favor de PCP, BE e PEV. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião) -----

----- Vamos passar ao ponto n.º 2, “Reconhecer a importância ecológica do Parque Florestal de Monsanto e a necessidade de a autarquia atuar em conformidade com o valor social e ambiental que este espaço representa”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 3/57**, “*Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados*”, apresentada pelo PEV. O Ponto n.º2 da Recomendação n.º 3/57 foi **aprovado por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Ponto n.º 3, “Apelar à Câmara Municipal de Lisboa que implemente e cumpra as deliberações aprovadas por esta Assembleia no que diz respeito à preservação do Parque Florestal de Monsanto”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 3 da Recomendação n.º 3/57**, “*Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados*”, apresentada pelo PEV. O Ponto n.º3 da Recomendação n.º 3/57 foi **aprovado por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Ponto n.º 4, “Requerer à Câmara Municipal de Lisboa os documentos referentes ao concurso público e ao contrato de concessão à empresa MCO II”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 4 da Recomendação n.º 3/57**, “*Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados*”, apresentada pelo PEV. O Ponto n.º4 da Recomendação n.º 3/57 foi **aprovado por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Portanto, apenas o primeiro ponto foi prejudicado e os outros três foram aprovados por unanimidade. -----

----- E vamos passar à **Recomendação n.º 4/57**, apresentada pelo PCP e que tem como título “*Pela implementação dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa durante o processo de transferência de trabalhadores do Município de Lisboa para as freguesias da cidade*”. -----

----- (A **Recomendação n.º 4/57** “*Pela implementação dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa durante o processo de transferência de trabalhadores do Município de Lisboa para as freguesias da cidade*”, apresentada pelo PCP, fica anexado à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 4/57**, “*Pela implementação dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa durante o processo de transferência de trabalhadores do Município de Lisboa para as freguesias da cidade*”, apresentada pelo PCP. A Recomendação n.º 4/57 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do PS, abstenção do PNPB e votos a favor de PSD, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 5/57**, apresentada pelo PEV, sobre o Pavilhão Desportivo Carlos Lopes. -----

----- (A **Recomendação n.º 5/57** “*Pavilhão Desportivo Carlos Lopes*”, apresentada pelo PEV, fica anexado à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) ----

----- Não há pedido para ser por pontos, portanto, esta recomendação vamos pô-la à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 5/57**, “*Pavilhão Desportivo Carlos Lopes*”, apresentada pelo PEV. A Recomendação n.º 5/57 foi **aprovada por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 6/57**, “*Acessibilidades na estação do Metropolitano da Baixa-Chiado*”, vamos pôr à votação. -----

----- (A **Recomendação n.º 6/57** “*Acessibilidades na estação do Metropolitano da Baixa-Chiado*”, apresentada pelo PEV, fica anexado à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 6/57**, “*Acessibilidades na estação do Metropolitano da Baixa-Chiado*”, apresentada pelo PEV. A Recomendação n.º 6/57 foi **aprovada por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 7/57**, subscrita pelo BE. -----

----- (A **Recomendação n.º 7/57** “*Geminação de Lisboa com Atenas*”, apresentada pelo BE, fica anexado à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Havia aqui uma indicação do PS, para saber se podia ser “acordo de amizade” em vez de “acordo de geminação”? -----

----- Não sei qual é a opinião do partido proponente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A posição do BE, que aliás transmitimos ao PS, é a seguinte. Já foi aqui na Assembleia Municipal, em mandatos anteriores, feito uma geminação com Gaza.-----

----- E portanto, como isso já foi aprovado em mandatos anteriores, nós mantemos a posição. A não ser que a Câmara se pronuncie, em relação a não fazer nada daquilo que foi aprovado na Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, mantém-se a proposta como estava e a Mesa vai pôr à votação a proposta que na sua parte deliberativa tem o seguinte teor, “Que leve a cabo conversações com o Município de Atenas, na República Helénica, Grécia, com vista a estabelecer um acordo de geminação entre os dois Municípios”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 7/57**, “*Geminação de Lisboa com Atenas*”, apresentada pelo BE. A Recomendação n.º 7/57 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do CDS-PP, abstenção de PS, PSD, MPT, PNPN e votos a favor de PCP, BE, PEV e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 8/57**, apresentada pelo BE, sobre o “**8 de Março - Dia Internacional da Mulher**”. -----

----- (A **Recomendação n.º 8/57** “**8 de Março - Dia Internacional da Mulher**”, apresentada pelo BE, fica anexado à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- Havia um pedido dos Independentes, para que o ponto que é só um, mas que fosse dividido em duas partes para poder ser votado separadamente.-----

----- Eu vou ler o que é que está cá, é a propor que se delibere “Saudar o Dia Internacional da Mulher”, isto é a primeira parte com certeza, a segunda parte “recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que implemente de imediato o plano municipal contra a violência doméstica e que priorize a abertura de “Casas-Abrigo””. -

----- Portanto, vamos votar em primeiro lugar “Saudar o Dia Internacional da Mulher”.-----

----- (O ponto único da **Recomendação n.º 8/57** foi dividido em duas partes a pedido dos Deputados Municipais Independentes, tendo a primeira parte sido reconvertida em Saudação)-----

----- A Mesa submeteu à votação a **Saudação** com o seguinte teor: “**Saudar o Dia Internacional da Mulher**”, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado, **aprovar por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Recomendação n.º 8/57, “8 de Março - Dia Internacional da Mulher**”, com o seguinte teor: “recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que implemente de imediato o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e que priorize a abertura de “Casas-Abrigo””, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado, **aprovar por maioria**, com o voto de abstenção de 6IND e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PNP e CDS-PP. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 9/57, “Promoção da igualdade, do combate contra a exclusão social e o racismo. (Década Internacional dos Afrodescendentes)**”, apresentada pelo BE.-----

----- (A **Recomendação n.º 9/57 “Promoção da igualdade, do combate contra a exclusão social e o racismo. (Década Internacional dos Afrodescendentes)**”, apresentada pelo BE, fica anexado à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- Sobre esta não tenho pedidos, é só um ponto.-----

----- A Mesa submeteu à votação a **Recomendação n.º 9/57, “Promoção da igualdade, do combate contra a exclusão social e o racismo. (Década Internacional dos Afrodescendentes)**”, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado, **aprovar por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- A **Recomendação n.º 10/57**, sobre a política de estacionamento concertada na envolvente ao Hospital São Francisco Xavier, a Mesa tem que chamar a atenção que foi pelo proponente, feita aqui uma proposta de alteração da redação.-----

----- (A **Recomendação n.º 10/57 “Pela promoção de uma política de estacionamento concertada na envolvente ao Hospital São Francisco Xavier**”, apresentada pelo MPT, fica anexado à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- Não houve tempo material para distribuir por todos e eu vou passar a ler.-----

----- Ponto n.º 1, onde está “elabore um estudo de mobilidade na zona envolvente ao Hospital de São Francisco Xavier e que estude e aplique medidas que resolvam os problemas de estacionamento”, propõe-se substituir “problemas de estacionamento por “problemas de acessibilidade, nomeadamente peões e ciclistas, bem como garantia de segurança no estacionamento”. É esta a redação que é proposta pelo proponente.-----

----- Está claro?-----

----- Portanto, vamos pôr o Ponto n.º 1 à votação com esta retificação que eu acabei de dizer. -----

----- A Mesa vai submeteu à votação o **Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 10/57, “Pela promoção de uma política de estacionamento concertada na envolvente ao Hospital São Francisco Xavier”**, apresentada pelo MPT. O Ponto n.º1 da Recomendação n.º 10/57 foi **aprovado por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião) -----

----- O Ponto n.º2, não tem alterações e é dirigido à Policia Municipal. -----

----- A Policia Municipal não tem competências para a regulação do trânsito, portanto, aqui temos um problema de legalidade. -----

----- A Mesa tem algumas dúvidas, precisa de alguns segundos para ouvir aqui a minha jurista. -----

----- O problema é que a Policia Municipal não tem competências na disciplina de trânsito, portanto, não temos possibilidade... não sei se será melhor talvez retirar, não sei Senhor Deputado Municipal, o que é que pretende fazer?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Rosas Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então alteraria “trânsito” por “estacionamento”, portanto, “ordenamento do estacionamento”.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “”ordenamento do estacionamento”?” -----

----- Aí já temos competências, creio eu. -----

----- Portanto, sendo assim, não há objeções? -----

----- Então vamos passar à votação, com esta redação alterada, “a Policia Municipal proceda de forma regular, ao ordenamento do estacionamento junto à Avenida das Descobertas em horário de entrada e saída dos alunos frequentadores dos colégios ali sediados”. -----

----- A Mesa submeteu à votação o **Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 10/57, “Pela promoção de uma política de estacionamento concertada na envolvente ao Hospital São Francisco Xavier”**, apresentada pelo MPT. O Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 10/57 foi **aprovado por maioria**, com o voto contra do 1DM PS, abstenção de PNP e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Portugal Lage (PS)** apresentou posteriormente a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Manuel Portugal Lage, Deputado Municipal, do Grupo Municipal do Partido Socialista vem apresentar a sua declaração de voto relativo ao seu sentido de voto na recomendação n.º 10/57, apresentada pelo MPT, denominada “Pela Promoção de uma Política de Estacionamento Concertada na Envolvente ao Hospital São Francisco de Xavier”, na reunião de 24 de Fevereiro de 2015. -----

----- A recomendação apresentou dois pontos deliberativos, sendo o voto contra e a presente declaração relativos ao número 2 que seguidamente se transcreve: -----

----- “A Policia Municipal proceda, de forma regular, ao ordenamento do trânsito junto à Av. Das Descobertas em horário de entrada e saída dos alunos frequentadores dos colégios ali sediados.”-----

----- Ora, não parece que a repressão quer seja através da multa, quer seja através do impedir o estacionamento ou a paragem dos pais junto na Avenida das Descobertas em horário de entrada e saída dos alunos frequentadores dos colégios ali sediados, seja solução. O desejável seria que se encontrassem formas definitivas e resolutivas para o problema em causa que se reconhece. -----

----- Desejável seria que fossem tomadas medidas para garantir que as condições apropriadas para todos os frequentadores do local, quer sejam pais dos alunos, ou os utilizadores do Hospital. Que houvesse estacionamento adequado, ao invés da ação policial que se propõe com a presente recomendação. -----

----- Pelos motivos expostos, o voto contra.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está ultrapassada a questão, vamos prosseguir. -----

----- Vamos para a Recomendação n.º 11/57.-----

----- Esta recomendação é aquela que eu sugeri que fosse adiada, juntamente com a Recomendação n.º 14/57 apresentada pelo PS, para a próxima ordem de trabalhos. Veremos se será dia 3 ou dia 10, depois informar-vos-ei conforme as nossas grelhas de tempo, mas ficará adiada juntamente com o relatório de atividades da Assembleia Municipal, que será agendado para o mesmo dia com recomendações sobre matéria conexas com esta. -----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 12/57**, “*Piscina Municipal Rosa Lopes*”, apresentada pelo PS.-----

----- (A **Recomendação n.º 12/57** “*Piscina Municipal Rosa Lopes*”, apresentada pelo PS, fica anexado à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 12/57**, “*Piscina Municipal Rosa Lopes*”, apresentada pelo PS. A Recomendação n.º 12/57 foi **aprovada por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos finalmente à **Recomendação n.º 13/57**, também foi intitulada moção mas é uma recomendação, porque tem mais uma vez a ver com matéria de Câmara...peço desculpa, para votação por pontos. -----

----- (A **Recomendação n.º 13/57** “*Concessão a Privados, de Espaços no Parque Florestal do Monsanto*”, apresentada pelo MPT, fica anexado à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- O primeiro ponto, “Lamentar a forma como foi conduzido o processo supracitado de concessão a privados de espaços no Parque Florestal de Monsanto, designadamente sem criar os convenientes consensos”. -----

----- A Mesa submeteu à votação o **Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 13/57**, “*Concessão a Privados, de Espaços no Parque Florestal do Monsanto*”, apresentada pelo MPT. O Ponto n.º 1 da Recomendação n.º 13/57 foi **aprovado por maioria**, com o voto contra do PS, abstenção de PNP e votos a favor de PSD, PCP, BE, CDS-PP,



PEV, MPT e 6IND. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Vamos prosseguir, no Ponto n.º 2 “Que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilize à Assembleia Municipal o relatório preliminar a elaborar, previsto no artigo 18 do caderno de encargos, de forma a serem conhecidos os pormenores dos projetos contemplados na concessão”.-----

----- A Mesa submeteu à votação o **Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 13/57, “Concessão a Privados, de Espaços no Parque Florestal do Monsanto”**, apresentada pelo MPT. O Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 13/57 foi **aprovado por unanimidade**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Terminámos os documentos do Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Hoje sendo uma Sessão Ordinária, o Período da Ordem do Dia tem como primeiro ponto uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e a grelha prevê uma intervenção inicial do Senhor Presidente da Câmara, para fazer a apresentação da sua informação escrita.-----

----- Temos uma grelha de três horas e vinte minutos, depende do tempo que houver para inscrições, e portanto, vamos dar início a esta parte dos nossos trabalhos.”-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º. 2 DO ART.º. 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA;** Grelha H – máximo 3h 20m;-----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- “Prometo não utilizar três horas e vinte minutos, e procurar sintetizar esta informação escrita.-----

----- Em primeiro lugar, dois pontos positivos que não posso deixar aqui de sublinhar. Um relativamente ao encerramento das contas, em 2014, que sem prejuízo do debate que oportunamente faremos, nesta Assembleia, na apreciação que vos compete fazer das contas municipais, a verdade é que não posso deixar de sublinhar o enorme esforço que o município fez, ao longo do último ano, para não só prosseguir mas acelerar o seu processo de consolidação e de redução da sua dívida. Convém recordar que, em 2006, a dívida a fornecedores chegou a atingir o montante de quatrocentos e cinquenta e nove milhões de euros, que está agora reduzido a seis milhões de euros, e os prazos de pagamento reduzidos de trezentos e vinte e quatro dias a sete dias, como prazo normal de pagamento.-----

----- Esta evolução é tanto mais importante quanto o município, no ano passado, teve que assumir um pesado endividamento fruto, por um lado, da extinção da EPUL, e por outro lado, fruto de ter anulado o famoso negócio que foi feito com a Bragaparkes, e que implicou agora um pesadíssimo encargo financeiro para o município. Não obstante, a extinção da EPUL, não obstante o encargo contraído para a anulação do acordo com a Bragaparkes, a verdade é que o município voltou a conseguir reduzir os seus níveis de endividamento. -----

----- Gostaria, também, de sublinhar, para que não haja confusões em outros setores da Administração Pública, que não se trata de ter renegociado ou reestruturado a dívida. Não foi a contração do empréstimo para pagar outro empréstimo em melhores condições. Não. Foi mesmo abatimento da dívida, redução do montante em dívida, dívida paga. É isso mesmo que se tratou, e não podia deixar aqui de sublinhar nesta Assembleia Municipal. -----

----- Em segundo lugar, gostaria de sublinhar os excelentes resultados que mais uma vez a Cidade de Lisboa alcançou no que diz respeito a Lisboa como destino turístico, onde mais uma vez, no ano passado, verificou-se um crescimento muito significativo do número de turistas a visitar a cidade, um aumento das receitas de hotelaria que subiu 15,3%, um aumento da taxa de ocupação de hotelaria de 8,8%, sendo que, quer o aumento das receitas, quer o aumento da taxa de ocupação, é tanto mais relevante como mais uma vez se verificou um aumento significativo do número de oferta de quartos de hotel na Cidade de Lisboa. -----

----- É por isso, de louvar todo o esforço que tem vindo a ser feito através da ATL para a promoção turística, o esforço que os operadores turísticos têm feito para melhorar a oferta de serviço, mas o grande esforço que a cidade tem feito para permitir melhorar a sua atratividade e continuar a afirmar-se como um destino de qualidade. -----

----- Ora, nós não podemos parar relativamente a este esforço, pelo contrário, é necessário dar-lhe sequência. -----

----- Os destinos turísticos não se alimentam só que têm, têm que ser alimentados com uma melhoria continuada da oferta da cidade. É por isso que no último mês, dentro das várias decisões municipais, gostaria de sublinhar duas que têm impacto direto, simultaneamente, na melhoria da qualidade de vida de quem vive em Lisboa, e por outro lado na atratividade turística da Cidade de Lisboa. Refiro-me, em primeiro lugar, à abertura do concurso para a construção do Parque Ribeirinho do Oriente que unirá a Expo 98 à Rotunda do 25 de Abril no troço junto à, ainda, Avenida Infante D. Henrique, e será precisamente desativado para que toda aquela área seja um grande Parque Ribeirinho. -----

----- Este Parque Ribeirinho é da maior importância para a zona oriental da cidade. Do ponto de vista da oferta do espaço verde qualificado, de articulação com os vales que estão a montante, mas também, para prosseguir em direção ao centro da cidade o exercício de requalificação da Frente Ribeirinha e da zona oriental que se iniciou com a construção da Expo 98, e que desde então não tem tido continuidade. É, aliás, a propósito da continuidade que este projeto deve ter, que gostaria aqui de chamar a

atenção dos Senhores Deputados para o acordo assinado entre o Município de Lisboa, a Administração do Porto de Lisboa e a Câmara Municipal do Barreiro que prevê a futura deslocalização de desativação da atividade portuária a montante de Santa Apolónia, com exceção dos silos que abastecem a Fábrica da Nacional, permitindo libertar, futuramente, desde a Doca do Poço de Bispo até Santa Apolónia, vastas áreas da Frente Ribeirinha que poderão assim ser devolvidas à fruição da cidade. -----

----- Com a abertura deste concurso do Parque do Oriente conjuntamente com as intervenções já programadas para o Campo das Cebolas e para o Cais do Sodré, significa que poderemos chegar ao final deste mandato com um conjunto de intervenção concretizado, do Cais do Sodré a Santa Apolónia e da Rotunda do 25 de Abril até à Expo 98, ficando para desenvolvimentos futuros esta área, a desativar, da atividade portuária. -----

----- Outra deliberação importante tem a ver com o sistema de acessibilidade pedonal nas Colinas do Castelo. -----

----- Como todos os Senhores Deputados sabem já está concretizado o processo de todo o percurso de acesso, a partir da Baixa, a partir do elevador da Rua dos Fanqueiros, Largo Adelino Amaro da Costa, e Largo Adelino Amaro da Costa e Costa do Castelo. Está neste momento em obra um acesso importante a partir de Alfama com a obra em execução que liga a Rua Norberto Araújo ao Miradouro de Santa Luzia, com instalação, também, de um elevador. -----

----- São, agora, lançados os estudos necessários à concretização de mais três percursos; o da Sé, o da Mouraria e o da Graça, que permitirão vencer com melhor qualidade o acesso a esta zona privilegiada da cidade. Estes são projetos, quer um, quer outro, que têm, simultaneamente, interesse do ponto de vista da atratividade turística da cidade, valorizando a oferta que a cidade tem para disponibilizar aos turistas, mas também para uma melhoria concreta da vida do dia-a-dia dos cidadãos, quer os que residem na zona oriental da cidade, e em particular na Freguesia de Marvila, quer relativamente a todos os que vivem nas colinas que rodeiam o Castelo de S. Jorge. -----

----- É evidente que o impacto do turismo na cidade tem, também os seus aspetos negativos, e talvez o mais crítico tenha a ver com o difícil equilíbrio que é necessário encontrar no regime de horário noturno nos bares e discotecas que funcionam em zonas particularmente populosas na cidade. É neste sentido, que depois da iniciativa que foi tomada, já há cerca de seis anos, de procurar disciplinar os horários e o funcionamento no Bairro Alto, foi agora alargado o universo de intervenção até ao Cais de Sodré e até Santos, de forma a criar maior harmonia no conjunto deste núcleos nesta zona histórica da Cidade de Lisboa, procurando garantir melhores condições de proteção dos moradores, nesta zona da cidade. Mas creio, sinceramente, que teremos dificuldades em alcançar resultados mais concretos até haver legislação mais restritiva sobre o uso, e o uso que se vai generalizando do espaço público da rua como zona de fruição noturna. -----

----- Por fim, queria chamar ainda, a atenção dos Senhores Deputados para um ponto muito importante, ou melhor, um conjunto de pontos importantes que constam da

informação escrita e que têm a ver com as parcerias que temos vindo a desenvolver com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. É o que deu lugar ao Polo da Inovação Social na zona dos pavilhões, junto ao Palácio da Mitra. E, ainda, os dois programas de apoio às pessoas sem-abrigo quer na unidade de atendimento, quer no núcleo de planeamento e intervenção, criando uma plataforma de intervenção entre as diferentes entidades que a partir da rede social trabalham com as pessoas sem-abrigo de forma a melhorar a eficácia e a eficiência da intervenção, junto destes nossos concidadãos. -----

----- Creio que a experiência de trabalho com a Santa Casa da Misericórdia sublinha bem a importância, primeiro do trabalho em rede, mas também da compreensão por parte das entidades da Administração Central, da importância das autarquias locais e da descentralização das competências para as autarquias locais. -----

----- Como é sabido, temos defendido, desde 2008, um programa intenso de dupla descentralização de competências, do Estado para a Área Metropolitana e para o Município, e do Município para as suas Freguesias. E é neste sentido, que não posso deixar de saudar como um passo positivo a decisão recentemente tomada pelo Governo de descentralizar para a Área Metropolitana de Lisboa as competências atribuídas à Autoridade Metropolitana de Transportes, e a devolução ao Município de Lisboa dos poderes próprios de concedente relativamente aos transportes públicos que funcionam exclusivamente na Cidade de Lisboa. Esta legislação, contudo, não faz esquecer a importância de prosseguirmos a nossa batalha para que a subconcessão que, simultaneamente, o Governo quer manter, senão ser objeto de privatização, mas seja ela, também, objeto de parceria com o Município. Faz, aliás, pouco sentido, o Governo prometer ao Município devolver-lhe os poderes de concessão, mas entre o transfere, e o não transfere, aproveitar para subconcessionar a terceiros os poderes que depois vai transferir para o Município. O reconhecimento pelo Estado de que deve caber ao Município o exercício das posições de concedente, deveria levar o Estado a tirar a conclusão lógica que até transferir essas competências para o Município, se deveria abster da prática de qualquer outro ato, relativamente àquela concessão. Isto é o mesmo que um proprietário fazer um contrato de promessa compra e venda, e no ínterim aproveitar para dar a casa de arrendamento para que a propriedade se transfira, já honorada, com o encargo do arrendamento que entretanto foi constituído. -----

----- É um passo positivo, mas é um passo que fica bastante estragado com o facto de não ser devidamente acompanhado da omissão, da abstenção por parte do Estado da prática de atos que venham a prejudicar o exercício pleno da concessão, dos poderes de concessão por parte do Município. -----

----- Senhora Presidente, sem prejuízo, naturalmente, da disponibilidade que eu e os Senhores Vereadores temos para responder às várias questões que, certamente, os Senhores Deputados irão colocar, eram estas a chamadas de atenção principais em resultado da informação escrita que pudemos apresentar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais antes de prosseguir a Mesa tem que dar aqui uma informação, por erro meu. -----

----- Na votação de há pouco da **Moção n.º 2/57** havia efetivamente um empate, como foi dito aí por várias vozes, eu fiz mal as contas, portanto, temos que retificar na Ata. Há dezasseis votos do PSD e dois do CDS-PP contra, há quatro do BE, dois do PEV, seis do PCP, e não sete como eu disse, e seis IND faz dezoito, dezoito contra dezoito os restantes são abstenções, há um empate. -----

----- Nestas situações o que o Regimento prevê é um voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, como eu votei favoravelmente de qualquer maneira o resultado é o mesmo, a proposta é aprovada, mas com esta retificação para não termos dúvidas sobre o resultado da proposta. -----

----- Peço desculpa pelo meu erro, mas às vezes a matemática falha.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A informação escrita que hoje é-nos trazida pelo Senhor Presidente versa sobre o período 1 de Novembro a 31 de janeiro e é extensa, mais de trinta pontos, trinta e um pontos para ser mais exato. Do campeonato de Snooker à recolha dos monstros domésticos, passando pelas contas do Município, naturalmente, como foi explicado na sua apresentação. -----

----- Queremos fazer referência a dois pontos que achamos fundamentais da política municipal e que estão refletidos na informação escrita. -----

----- O primeiro relaciona-se com o Orçamento Participativo. Já vai na sua sétima edição, tem aumentado a sua participação, há um recorde aliás o ano passado, mais de trinta e seis mil votos, mas há um dado que é relevante e sobre o qual devemos refletir. Se valorizamos o Orçamento Participativo, se queremos fazer da democracia um ato que envolve os cidadãos e que os põe a participar e a decidir, não podemos, como o Executivo Municipal tem feito nos últimos anos, desvalorizar o valor que é atribuído aos cidadãos para poderem decidir. -----

----- Desde 2011, em que o orçamento teve quatro milhões e meio de euros, até 2014, ele decresceu quase 50%, o ano passado teve um valor de dois milhões e meio de euros. -----

----- Portanto, se nos queremos bater por uma democracia de alta intensidade, uma democracia com mais participação, uma democracia que demonstra pelos valores de participação em que há uma vontade participar e decidir, então, temos de ter a confiança e a capacidade de atribuir recursos para que essa decisão seja efetiva e valorizada. -----

----- Esta é a nossa primeira crítica. -----

----- A segunda relaciona-se com as soluções, a política de habitação e o ponto relacionado com a renda convencionada. -----

----- O programa é naturalmente interessante. Disponibilizar fogos municipais a um valor que pudesse ser suportado pelas famílias, pelos jovens, pelos menos jovens, pelos cidadãos e cidadãs de Lisboa, para poderem ter uma habitação digna. -----

----- É verdade que alguns dos apartamentos ou dos fogos disponibilizados, têm valores substancialmente altos, um T3 por exemplo, quatrocentos e sessenta e seis

euros não é um valor razoável, não é um valor apoiado para permitir uma política de habitação quer contraria a tendência atual.-----

----- Está na sua sétima edição este programa de renda convencionada. Os doze fogos que foram disponibilizados tiveram quinhentas e cinquenta e sete candidaturas de lisboetas, que gostariam de habitar nestes doze fogos. Isto representa 2%, a oferta é de 2% perante a procura. -----

----- Há uma nova versão, que está na sua primeira edição que é chamado de Regime de Bolsa Territorial, que disponibilizou trinta e três fogos municipais. A estes candidataram-se mil oitocentas e setenta pessoas, mil oitocentos e setenta lisboetas candidataram-se a trinta e três fogos municipais, que representa 1,7% da disponibilidade atribuída. -----

----- A CML, com estes valores percebemos que há um esforço, mas esse esforço é menor, esse esforço não responde, esse esforço não cria uma capacidade de resposta nas necessidades de habitação para a Cidade de Lisboa. Portanto, olhar para a cidade e onde surgem tantos pedidos e nós sabemos que apesar dos esforços de publicitação da Câmara destes programas, há muita gente que precisa de casam que gostava de concorrer e que ainda não tem essa informação, portanto, se concorrem mil oitocentos e setenta candidatos, haverá muitos mais que eventualmente poderão estar interessados nestes programas. Portanto, oferecer 2% de fogos municipais para um número tao alargado de candidaturas, é manifestamente pouco, e portanto, é a incapacidade na resposta a um problema tão relevante.-----

----- Mas nos trinta e um pontos em que falei há pouco, que tratam do tal período de Novembro a Janeiro, há algumas ausências dramáticas, há algumas ausências que representam muito, que representam vários milhões. Iremos a eles. -----

----- A primeira ausência. Em Janeiro deste ano, a 22 de Janeiro para ser mais preciso, portanto, dentro do período que trata a informação, a CML fechou um negócio importante, o famoso triângulo dourado, o terreno de Alcântara que aqui já abordámos anteriormente. Vinte milhões e trezentos e cinquenta mil euros, mais um, para ser mais preciso, um euro acima da base de licitação, a José de Mello Saúde ganhou esta hasta pública e o terreno foi-lhe atribuído. -----

----- Esta empresa estava claramente em vantagem perante os outros concorrentes, porque sabemos todos que tinha um pedido de informação prévia entregue na CML, e por isso, estava privilegiada relativamente a outros interessados. -----

----- Vinte milhões de euros, um grande negócio segundo o Vice-Presidente na sua resposta ao BE e nem uma palavra, uma vírgula, sobre este negócio na informação escrita do Presidente. Quando tratamos tanto de contas, da capacidade do Município de sanear as suas contas, vinte milhões de euros são importantes e não são um pormenor neste período que aqui tratamos. -----

----- A segunda ausência e também abordada no PAOD coloca-se a questão do Monsanto. A CML aprovou em meados de Novembro, dentro do período que trata a informação escrita, a concessão de vários espaços no perímetro de Monsanto, vários espaços e vários edifícios, concessão por vinte e cinco anos mais trinta de opção. Nestes edifícios e nestes espaços incluem-se os famosos campos de basquete, muito

utilizados pela população e aos fins de semana em especial e também a casa do Presidente. -----

----- Todos estes espaços vão permitir ter uma unidade hoteleira com uma capacidade de quarenta e seis quartos e nove bungalows, tudo isto pela módica quantia de mil euros nos primeiros três anos, e portanto, percebe-se que é um grande negócio. -----

----- Respondeu-nos na altura a CML e o Município, que este era um negócio interessantíssimo para a Câmara porque o operador privado, o concessionário, iria fazer obras no valor de três milhões e oitocentos mil euros, e portanto, ao fim cinquenta e cinco anos caso seja prorrogada a concessão, estas obras reverterão para o Município, portanto, será uma grande mais-valia dentro de cinquenta e cinco anos.-----

----- Este é outro grande negócio. Três milhões e oitocentos mil euros na estimativa da Câmara, não sabemos exatamente como foram feitas estas contas, já entregámos um requerimento para podermos saber, para termos acesso a toda a documentação, e portanto, grande negócio, nem uma palavra. -----

----- A terceira ausência que queríamos registar refere-se a uma carta que o Senhor Presidente recebeu no dia 1 de Dezembro, enviada pelo Presidente do Sport Lisboa e Benfica. O Benfica, o Senhor Presidente do Benfica, pede nessa carta uma isenção de taxas sobre uma área de 38000 m2 que foi realizada sem a devida aprovação municipal, que agora pretende regularizar, e portanto, contabiliza um total de um milhão e oitocentos mil euros em taxas municipais.-----

----- Os serviços técnicos da Câmara, em particular a Divisão de Loteamentos Urbanos da CML, deu um parecer negativo a este pedido de isenção, portanto, os serviços camarários consideraram que este pedido de isenção não tinha fundamento, não deveria, existir, a CML não o deveria atribuir. -----

----- Na realidade e apesar de este parecer negativo dos serviços técnicos da Câmara, o Executivo decidiu aprovar, colocar à aprovação e aprovou numa reunião de Câmara, o envio deste pedido de isenção à Assembleia Municipal, e repito, com um parecer negativo dos serviços técnicos. -----

----- No passado Domingo, porque a câmara percebeu que este era um assunto delicado e que mexia com um tema importante para a cidade, emitiu, publicou num jornal nacional um esclarecimento, mas que infelizmente era um esclarecimento que esclarecia muito pouco, clarificava pouquíssimo. Porque na realidade o que o esclarecimento devia dizer e não diz é que tendo recebido um pedido, tendo havido os serviços municipais que emitiram um parecer negativo, como é que a CML decide aprovar o envio à Assembleia Municipal, sabendo que é da sua competência mas tendo um parecer negativo dos próprios serviços. -----

----- Portanto, são um milhão e oitocentos mil euros de isenção pedidos pelo Benfica, o próprio Senhor Vereador do urbanismo diz-nos que é uma escolha politicamente incorreta mas sensata. E portanto, sobre esta sensatez, que o esclarecimento publicado no jornal Público insiste em distanciar-se, distancia-se tanto no título como no final desse esclarecimento, distancia-se claramente dessa sensatez, nem uma palavra. -----

----- São mais as ausências desta informação escrita do Presidente do que as que realmente lá deveriam estar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ouvimos com muita atenção a exposição do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à informação escrita que é obrigatório ele prestar à Assembleia Municipal.-----

----- Confesso que o achei com um tom muito menos colorido, muito menos forte do que era habitual, há aqui alguma coisa, há aqui alguma diminuição de intensidade relativamente áquilo que é a prestação do Doutor António Costa nesta Assembleia Municipal.-----

----- Houve de facto aqui uma diminuição, eu espero que não seja qualquer problema de saúde ou outro qualquer, apenas que seja porque de facto agora os desafios que ele tem são muitos e tem que dividir a sua atenção por outras preocupações. -----

----- Relativamente áquilo que ele aqui referiu em relação à dívida, eu penso que ele deixou de considerar duas dívidas que ainda subsistem no orçamento da Câmara, nas dívidas municipais, que é a Simtejo e que é a Valorsul e que totalizam cerca de trinta milhões. Porque se de facto vêm aqui à Assembleia Municipal duas propostas para acordo, mas ainda não foram aprovadas e penso que será de alguma forma algum desrespeito pela Assembleia Municipal estar a considerar a galinha ainda antes de ela pôr o ovo. -----

----- Eu acho que não foi muito delicado e quando de facto o Senhor Presidente tinha dado uma prova, há uma semana, uma prova de respeito, de consideração, de admiração até pela Assembleia Municipal quando foi o problema do Benfica. O Senhor Presidente não quis assumir, nem o Executivo, assumir qualquer responsabilidade e deu à Assembleia Municipal essa capacidade de assumir essa responsabilidade. Aliás, e fala de tal maneira que publica em todos os jornais um anúncio de página inteira, demonstrando que de facto a Assembleia Municipal é que manda nesta cidade. É contrário áquilo que antes teve a referir, como é contrário áquilo que aqui antes foi referido, vem vindo a ser referido em relação às dezenas ou centenas de moções e recomendações que a Câmara deita para o caixote do lixo. Como é contrário ao desrespeito pela Assembleia Municipal relativamente à EMEL, aos estatutos da EMEL, que foram aprovados sem o consentimento, sem a aprovação desta Assembleia Municipal.-----

----- E agora é curioso, ouvi dizer hoje, veio nos jornais, na comunicação social, que tinham sido despedidos ou o Presidente ou a administração da EMEL. -----

----- Eu gostava que o Senhor Presidente aqui justificasse quais são as razões que o levaram ao despedimento, ao pedido de exoneração dos senhores administradores, o Senhor Presidente ou da administração. Era bom que nós percebêssemos isso, porque isso de facto era conveniente que nós soubêssemos o que é que se passou, porque já há muito que nós PSD temos vindo a dizer, que esta administração da EMEL há muito que deveria ter saído. -----

----- No mandato anterior propus ao Senhor Vereador Nunes da Silva que de facto fizesse isso, pelo desrespeito permanente que a administração da EMEL tinha em



relação ao responsável da Câmara pela sua gestão, penso que se tem verificado o mesmo em relação ao atual responsável. Pois é bom que explique o que é que se passou e porque é que de facto a administração da EMEL, que merecia todo o aval, toda a admiração, toda a aprovação do Executivo, agora pelos vistos deixou de merecer. Era bom que isto fosse esclarecido.-----

----- Em relação também à questão que foi aqui referida da EPUL, eu penso que é um bocado precipitado falar sobre aquilo que é o custo da EPUL em relação ao Município, porque a EPUL tem ativos e tem passivos, ora tendo ativos e passivos quando vier o relatório, sim senhora, estamos em condições de saber quais são os ativos, quais são os passivos, e portanto, saber qual é aquilo que a Câmara terá que suportar em caso de dívidas que esta empresa tenha.-----

----- Outro assunto que foi aqui referido com grande satisfação, a que nós aliás nos associamos, é a transferência dos contentores de Alcântara para o Barreiro...Santa Apolónia para o Barreiro. E de Alcântara não é? Olha é pena que de Alcântara é que fazia jeito, é pena, que de Alcântara é que fazia jeito. E eu recordo-me do entusiasmo com que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Manuel Salgado defendiam os contentores em Alcântara, defendiam e continuam a defender os contentores em Alcântara. De facto é uma paisagem urbana lindíssima, como aliás afirmava o Senhor Vereador Manuel Salgado, é belo ver aqueles contentores espalhados junto ao rio a fazerem uma barreira visual em relação ao Tejo, isto várias vezes foi dito. Mas está bem, só é pena não ser em Alcântara.-----

----- Em relação ao turismo o Senhor Presidente congratulou-se com o aumento das receitas turísticas e da procura turística da Cidade de Lisboa. É uma procura turística consentânea com aquilo que tem sido de alguma forma a procura turística a nível nacional. E o turismo vive de circunstâncias que neste momento são amplamente favoráveis à procura turística de Portugal, não só porque Portugal tem potencialidades fantásticas em relação à oferta turística, em relação aos vários produtos que pode oferecer em termos internacionais, como também infelizmente a política mundial e a instabilidade nalguns anteriores centros de procura turística, nomeadamente no Norte de África, provoca que haja algum desvio para Lisboa e para Portugal. -----

----- Lisboa de facto tem condições extraordinárias para a procura turística, tem aumentado exponencialmente as unidades hoteleiras e o número de camas em Lisboa, mas esta galinha dos ovos de ouro não pode ser posta em causa. E aquilo que aqui se vem falando há muito sobre as taxas turísticas, de alguma forma não é um incentivo à procura turística, antes será um desincentivo, nomeadamente porque para além da burocracia que poderá vir a criar é de facto um custo e um custo que pode não ter um valor significativo em termos de valor, mas tem seguramente um valor psicológico naqueles que procuram a Cidade de Lisboa. Temos de pagar uma taxa, é um euro é o que for, as essa situação tem de ser também considerada porque isso não é valorizar o produto, isso é diminuir o produto.-----

----- Depois em relação a estas taxas, há que referir o problema das taxas. O Senhor Vice-Presidente várias vezes tem vindo a afirmar que Lisboa doou aos seus

habitantes, aos seus cidadãos, doou verbas importantes que foram a devolução do IRS e o valor do IMI ser o mais baixo da escala. -----

----- Tudo isso foi feito num acordo há quatro anos, em 2012, atendendo àquilo que foi a receita extraordinária que o Município recebeu, foi feito, foi combinado, foi referido que nos quatro anos seguintes isso iria acontecer. Portanto, não houve nenhuma melhoria relativamente a 2013, não houve nenhuma melhoria relativamente a 2014, mas o que há de facto é um agravamento brutal dos impostos e dos encargos das famílias com o aumento das taxas de saneamento, das taxas de resíduos sólidos e da taxa de proteção civil. Essas relevam em muitas situações um aumento de custo de 150%, como aliás foi referido num artigo publicado no jornal Expresso. -----

----- Portanto, quando se diz que houve uma evolução, isto é como tudo, nós sabíamos que naquela altura as famílias ainda não tinham considerado, ainda não tinham verificado aquilo que iria acontecer, agora com as primeiras faturas da água, começam a verificar o que é que vai penalizar sobre os seus custos normais. -----

----- A mentira tem perna curta e depressa se descobre e o que aconteceu foi isso, a mentira de que de facto havia um benefício para a população de Lisboa e para as famílias, de facto rapidamente se provou com a receção das primeiras faturas da água. -----

----- Portanto, são estas as situações Senhor Presidente que achamos que não valorizam muito a atuação da CML nestes últimos três meses. No PAOD tive a oportunidade de louvar aquilo que foi a atuação da Câmara, relativamente à piscina dos Olivais, é um fator que eu considero positivo e agradável, mas muitos dos outros que aqui forma referidos e muito da história não é. -----

----- Por isso desejamos as melhoras ao Senhor Presidente, desejamos mais combatividade enquanto Presidente da CML, para de facto nós podermos revê-lo outra vez com esse entusiasmo que já aqui verificámos nos últimos anos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Um 2015 mais justo, solidário e humanizado para todos, foi, é e será a nossa luta, sem exploradores nem explorados, na Europa a que pertencemos, no País que crescemos, na cidade onde trabalhamos e vivemos, independentemente de sermos Gregos, Alemães ou Portugueses. -----

----- Precisamos de cultivar a justiça e a verdade. E isso é importante nas relações internacionais, nacionais, entre pares, quer no diálogo político, quer na luta económica, mas ao contrário estão a semear-se na sociedade focos de violência. -----

----- E são as causas destes focos de violência que precisamos de erradicar para que se viva uma sociedade de Paz, com espaço e sã convivência para todas as culturas, para todos os seres humanos, independentemente da cor da pele ou da religião que se professe. -----

----- Como diz o Arquiteto Silva Dias, distinto Deputado Municipal que muito nos honra neste Grupo Municipal do PCP, “Somos todos judeus, maometanos e cristãos”, artigo que recomendo, no Jornal “A Voz do Operário” deste mês de Fevereiro. E que já agora aproveito para homenagear, saudar, esta grande instituição que comemora

cento e trinta e dois anos este mês. Ele dá exemplo de políticas de habitação implementadas em diferentes zonas de Lisboa, onde, refere “após a descolonização a quem se realojava não era perguntado se vinha de África, se era hindu, se muçulmano ou de origem chinesa, indiano ou paquistanês ou se nascera numa barraca na Musgueira ou no Casal Ventoso”, onde a convivência social, sem conflitos, são possíveis e refere “oxalá que em Lisboa ou em qualquer outro sítio o desrespeito e a violência não destruam tão preciosos equilíbrios”.

----- Ao contrário do que afirma o Governo PSD/CDS, o país não está melhor. O desemprego, a precariedade do emprego, a redução brutal dos rendimentos, a ausência de prestações de desemprego para 67% dos desempregados que veem negado o acesso a tais prestações, o empobrecimento generalizado dos trabalhadores e suas famílias, dos reformados e pensionistas, o ataque ao Serviço Nacional de Saúde e a outras funções sociais do Estado, provocaram uma crise social em várias regiões do País, entre as quais, Lisboa, que importa combater e erradicar quanto antes.

----- Portugal está mais pobre, mais desigual, mais endividado e mais dependente.

----- O direito constitucional ao trabalho é posto em causa constantemente, com um desemprego real que afeta mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras e obriga centenas de milhares de outros, nomeadamente, jovens, a emigrar, não por opção, mas empurrados por uma política que nega o futuro no nosso País que bem necessita de massa crítica, criativa, competente para impulsionar o seu desenvolvimento.

----- As denominadas políticas ativas de emprego continuam a ser utilizadas, não para ajudar a resolver o problema do desemprego, mas para financiar o patronato e a aprofundar a política de baixos salários, também no Estado. São disso exemplo os quase 40% dos desempregados que perderam o emprego no passado mês de Janeiro, lembremo-nos dos trabalhadores da Segurança Social e muitos outros, devido à não renovação de contratos de trabalho. Aos CEIS, Contratos de Emprego e Inserção utilizados pelo empregador Estado, exige-se que deem lugar ao cumprimento do princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo.

----- Mas os trabalhadores não param. Saúdo, por isso, a luta de todos e de todas, jovens, pensionistas e reformados, que têm com grande determinação, enfrentado a ofensiva do patronato e do Governo PSD/CDS realizando numerosas lutas em defesa dos seus interesses e direitos. Saúdo particularmente as trabalhadoras e trabalhadores do Município de Lisboa aqui presentes, que mais uma vez e de viva voz, fazem sentir as reivindicações mais prementes.

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, que estratégia tem o Município, para o desenvolvimento económico e social da cidade de Lisboa?

----- Para que a Cidade de Lisboa seja um destino turístico, como disse o Senhor Presidente, de qualidade mas não só, mas também de convivência, de qualidade para os que cá vivem e trabalham.

----- Que estratégias para a promoção do emprego e para a fixação de novas gerações na Cidade de Lisboa?

----- Para que não fiquemos apenas pela abertura de hotéis de charme, à mesma velocidade que encerram lojas de comércio tradicional que não conseguem suportar os custos do arrendamento, sabendo que algumas delas são verdadeiros ícones centenários da nossa cidade e estão a dar lugar às grandes marcas que encontramos em todo o lado. -----

----- As políticas sociais não são incompatíveis com o desenvolvimento. A igualdade de oportunidades é crucial. A redistribuição dos rendimentos torna a sociedade mais coesa, reduzindo a conflitualidade social. A proteção social e a estabilidade no emprego aumentam a segurança das pessoas. Sabemos que não ter uma política social tem custos, riscos para os trabalhadores, a não integração de imigrantes, as perdas de produtividade, a menor coesão social, etc.. Contudo em Portugal, o Governo não vai nessa direção. -----

----- Alguns dados relacionados com a cidade de Lisboa que merecem a nossa reflexão e intervenção: -----

----- Desemprego. Em Dezembro de 2014 estavam no desemprego mais de vinte e sete mil pessoas, perto de metade, 48%, eram desempregados de longa duração. Quase um terço, 30%, dos desempregados na cidade de Lisboa tem menos de trinta e cinco anos.

----- No que concerne à pobreza e à exclusão social e de acordo com os últimos números de 2012, mais de vinte e cinco mil pessoas em Lisboa auferem o Rendimento Social de Inserção. As conclusões do projeto-barómetro em curso do Observatório de Luta Contra a Pobreza em conjunto com o Dinamia-CET/ISCTE-IUL, que acompanha um número considerável de sem-abrigos na cidade de Lisboa preocupam e merecem séria atenção, senão vejamos. São cinquenta e sete pessoas que em 2011, por diferentes razões, viviam uma situação de vulnerabilidade social e que em 2014 voltaram a ser entrevistadas. O que lhes aconteceu? Apenas duas saíram da situação de pobreza. As restantes estão hoje, na sua maioria, pior do que há três anos. -----

----- No que refere aos despedimentos coletivos, os últimos dados disponíveis que temos, 2013, sinalizam perto de mil e oitocentos trabalhadores vítimas de despedimentos coletivos na cidade de Lisboa, em processos que envolvem cerca de duzentas empresas. -----

----- No que concerne à população, ao envelhecimento da população, um quinto desta população de Lisboa tem mais de sessenta e cinco anos. Nos últimos dez anos, Lisboa registou um aumento de 19% na população com mais de setenta e cinco anos. -----

----- No que concerne à qualidade do emprego, perto de 30% dos Trabalhadores por conta de outrem na cidade de Lisboa, têm um contrato precário. Mais de metade, 53,7% dos jovens com menos de trinta anos a trabalhar por conta de outrem na cidade de Lisboa, têm um contrato precário também. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, temos de ir às causas, exigir a mudança de políticas junto do poder central e implementar uma política amiga das pessoas quer no poder central, quer no poder local. Há que estancar o desespero a que tantos chegam com a perda do emprego, única fonte de rendimento, para que se viva uma vida com dignidade e não se entre no mundo dos excluídos. -----

----- Esta economia que mata tem de ser alterada, como refere o Papa Francisco. Todos sabemos que isso é possível, haja vontade política. -----

----- Urge erradicar as desigualdades que neste País tem vindo a crescer sem cessar, com as políticas e instituições que lhes dão suporte. -----

----- Como vai ser feito o combate ao desemprego e à pobreza na nossa cidade?-----

----- Senhoras e Senhores Vereadores e Senhor Presidente, que medidas para estancar a designada reestruturação do sector da água já aqui referenciado? Que mais não é do que a centralização da gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos ativos municipais dos sistemas de água e saneamento, com o fim de criar um negócio da água, que culminará na tentativa de impor um processo semelhante à privatização da gestão dos resíduos/EGF, como denunciámos aliás, numa moção apresentada em 30 de Setembro último nesta Assembleia Municipal. Ora os custos com a água e o saneamento já não são suportáveis pela população, com os níveis de vida que se agravam quotidianamente.-----

----- Continuaremos atentos e vigilantes e não pactuaremos com políticas de cosmética ou de índole assistencialista ao serviço do capital e não dos cidadãos. Pugnamos por uma intervenção social assente nos direitos dos cidadãos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente António Costa, nada melhor que algumas críticas e chamadas de atenção, malévolas certamente, indicativas de que o Senhor Presidente se encontra em *part-time* na Câmara Municipal para que agora nos apareça uma Informação Escrita recheada de atividades, projetos e intenções.-----

----- No CDS não regateamos os créditos de quem os tem, pelo que me atrevo a destacar alguns dos seus feitos e iniciativas. Refiro por exemplo a nota em que o Senhor Presidente fala do crescimento do turismo na nossa cidade. Ora, tendo em conta que o turismo tem crescido em Portugal, estranho seria se tal não acontecesse também em Lisboa. A autarquia contribuiu seguramente para isso, a par do Governo, a quem Vossa Excelência ficou também com os créditos, mas atendendo a que está já em campanha eleitoral compreendemos a soberba, mas não a deixamos passar em claro, como acabou de notar.-----

----- Agora, e sem qualquer tipo de ironia, saudamos também uma série de iniciativas, nomeadamente o conjunto daquelas que contribuem para a melhoria do urbanismo e da mobilidade na nossa cidade. É com satisfação que vemos a futura aplicação das lâmpadas led em todos os semáforos, pela poupança que isso representa para o Município. -----

----- Também no plano municipal de combate ao desperdício alimentar, que envolve a Câmara Municipal e a sociedade civil e que é, como sabem, uma reivindicação antiga do CDS, datada do mandato anterior, que muito nos apraz ver agora em execução. -----

----- Destacamos também o novo horário de funcionamento dos estabelecimentos das zonas do Cais do Sodré, Santos e Bica. Estava mais do que na hora para obter uma solução para o problema criado pelo Vereador José Sá Fernandes. Tememos, e já o

dissemos em várias instâncias, que esta solução, por ser circunscrita a uma zona geográfica, não passa de um remendo na nossa cidade. Ainda não foi desta que se conseguiu uma solução uniforme e de carácter permanente para o ruído e animação noturna, mas entendemos como um primeiro passo para aqui. -----

----- Antes de dirigir um conjunto de questões, gostaria de dizer ao Executivo Camarário, mas em especial ao Senhor Presidente, que é praticamente impossível ler estes documentos de forma impessoal, pelo que ocorrem sempre vivências e rotinas enquanto cidadã de Lisboa. Diariamente percorro Lisboa, quer de carro, quer a pé, e não consigo ficar indiferente ao estado do piso da cidade. Era meu desejo, e julgo que de todos os munícipes, ver nesta Informação Escrita que o plano de repavimentação de Lisboa estivesse terminado ou em vias de o ser. Como nada consta, fui olhar para o cronograma e reparei que a maioria das obras, ou as mais importantes, terminam coincidentemente apenas nas vésperas das próximas eleições autárquicas. -----

----- Passo agora, e tal como já havia indicado, a enumerar as questões que pretendemos ver esclarecidas pelo Executivo relativamente aos dados apresentados no documento em apreciação: -----

----- Primeiro, no lado da receita de capital constata-se uma discrepância entre o valor inscrito na rubrica ‘venda de bens de investimento’ com uma taxa de execução de 30%, o que não reflete a arrecadação de receita proveniente das alienações de património municipal realizadas em hasta pública. Qual é, portanto, o montante que se encontra efetivamente por arrecadar das hastas públicas realizadas em 2014 e que agora entrarão nos cofres da autarquia em 2015? -----

----- Em segundo lugar, na rubrica ‘passivos financeiros, empréstimos de médio e longo prazo’ a taxa de execução é de 11%. Dos milhares de euros só foram arrecadados 5730 milhares de euros. Esta diferença do montante inscrito e realizado deve-se ao PIPARU e perguntamos também por isso o que é que correu mal nesta estimativa, que os valores não estão corretos. -----

----- Finalmente, no lado da despesa o CDS verifica com alguma estranheza que a redução do montante de pessoal e remunerações é pouco significativo face à saída de cerca de 1900 funcionários para as juntas de freguesia. Qual é a explicação para esta discrepância? -----

----- São apenas três questões e muito concretas que aguardamos, Senhor Presidente, que nos dê devida atenção e que responda sem desvios exatamente e apenas ao que questionamos. -----

----- Tendo em conta também as notícias de hoje, gostaria ainda de acrescentar mais uma questão, como não poderia deixar de questionar, apesar do PSD já ter aqui referido. Soubemos há pouco que o Senhor Presidente demitiu o Presidente da EMEL e por isso mesmo o CDS gostaria também de um esclarecimento relativamente aos motivos desta demissão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos hoje reunidos nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal para debater a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara correspondente ao período de 1 de novembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.-----

----- O Partido da Terra irá iniciar a sua intervenção com a apresentação de um tema que supostamente devia constar no presente documento, uma vez que a data da sua aprovação corresponde ao período desta informação escrita, mas, estranhamente é omissa. Trata-se da aprovação a 12 de novembro de 2014, do concurso público da concessão a privados de espaços no Parque Florestal do Monsanto.-----

----- Os projetos agora recentemente divulgados foram dados como consumados e aprovados, sem qualquer discussão pública, apesar da existência de movimentos cívicos que defendem este parque com base no conhecimento das suas características. -

----- Para além da gravidade da não discussão pública, a sua aprovação ocorreu sem que houvesse uma estratégia da global revitalização do Parque Florestal do Monsanto, permanecendo por resolver graves problemas do parque, como o Campo de Tiro, o Restaurante Panorâmico, o Aquaparque e a realização da Semana Académica. -----

----- Os projetos aprovados vão aumentar a pressão sobre o Parque Florestal do Monsanto, com a concentração de vários locais ligados à realização de grandes eventos, desvirtuando assim progressivamente o conceito de sustentabilidade do parque.-----

----- O Vereador José Sá Fernandes afirmou que se trata de e cito “*um bom exemplo*” que envolve um investimento - mais de 3,5 milhões de euros - que a Câmara de Lisboa “*difícilmente conseguiria fazer*”, referindo que os viveiros ficarão para a autarquia, que ali poderá “*realizar vários eventos*”. -----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra defende que se a Câmara Municipal não possui 3,5 milhões de euros para investir na sustentabilidade do Parque Florestal do Monsanto, é porque este parque não é uma prioridade para este executivo. Reconhecemos a escassez de recursos, mas cabe ao executivo estabelecer as prioridades de investimento. -----

----- Passemos a outro tema, a introdução da 3ª fase das ZER no passado dia 15 de janeiro, que proíbe a circulação de carros anteriores a 2000 no centro da cidade, no eixo, compreendido entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço, num horário entre as 7 e as 21 horas, enquanto os veículos anteriores a 1996 veem alargada a sua restrição de circulação, até quase metade da cidade. -----

----- Sabemos que o Senhor Presidente considera “paliativo” os problemas de circulação automóvel e consequente poluição dentro do interior da cidade. Porém, na sessão de perguntas à Câmara, questionamos qual a estratégia e/ou medidas que o executivo pensava implementar de forma a dissuadir a entrada de veículos no miolo da cidade. Como já era expectável não obtivemos qualquer resposta. -----

----- No entanto, nem tudo está perdido, já que no presente documento, a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes está a iniciar e cito “*trabalho de atualização da inventariação de todos os parques de estacionamento de acesso público existentes em Lisboa, de modo a promover uma política de estacionamento concertada. Este trabalho, que cruza informação relativa aos eixos de acesso a Lisboa e a rede de*

*transportes públicos visa, numa primeira fase, identificar possíveis parques dissuasores”* fim de citação. Digamos que é um bom princípio. Esperamos pelos resultados práticos. -----

----- É reconhecido que a promoção da bicicleta em meio urbano, visa garantir a mobilidade da população, a defesa do meio ambiente, a qualidade de vida, e o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A Direção supracitada refere que em parceria com a EMEL, estão a elaborar uma proposta de rede de *bike sharing* nas suas diferentes fases de implementação. Contudo, já desde a Primavera passada que continuamos a aguardar pelo sistema de bicicletas partilhadas, prometidas pela Câmara.-----

----- Nos últimos anos, a cidade de Lisboa não conseguiu ficar à parte do forte impacto da crise económica, traduzido em fenómenos mais intensos de pobreza, desemprego, desequilíbrios financeiros e excessivos endividamentos.-----

----- Nesse sentido, sendo o Partido da Terra um partido de cariz Humanista em Portugal, com fortes laços de solidariedade e preocupações na área social, gostaríamos de felicitar a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, pela conceção do Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, esperando que este, dado ao número crescente de pessoas carenciadas na cidade de Lisboa, consiga alargar a distribuição de produtos alimentícios em tempo útil, de forma a responder às necessidades da população. Por outro lado, este plano poderá ter um papel primordial na sensibilização dos diversos “*stakeholders*”, designadamente no cumprimento dos requisitos adequados à recolha, armazenamento e distribuição dos bens alimentares. ---

----- Também a Câmara de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa estão de parabéns, pela iniciativa do Programa Mitra – Polo de Inovação Social, que se traduzirá num forte instrumento de trabalho de combate à pobreza e à desigualdade. --

----- Ainda dentro da área social, não poderíamos deixar de mencionar o Protocolo de Parceria do Núcleo de Planeamento e Intervenção da Pessoa Sem-Abrigo (NPISA) e a Inauguração da Unidade de Atendimento a Pessoas Sem- Abrigo (UAPSA), que visa auxiliar pessoas sem – abrigo e famílias em situação de emergência social. Estas iniciativas, são fruto de todo um trabalho desenvolvido por várias entidades e rede de voluntários, pelo que o Partido da Terra, saúda e reconhece o empenho de todos aqueles que têm contribuído para que haja uma maior proximidade entre a Cidade e as necessidades dos seus Municípios.-----

----- No que concerne a projetos de Reabilitação Urbana, constatamos que no documento em análise, há falta de informação respeitante ao Bairro Azul. De salientar que nas anteriores informações escritas, a informação relativa ao bairro mencionado, constava como “a preparar a proposta de despacho com critérios de intervenção no edificado do Bairro Azul”. Nesse sentido, questionamos, se finalmente a Divisão de Reabilitação Urbana concluiu o documento citado, de forma a preservar a arquitetura da zona e os seus elementos técnicos e decorativos, uma vez que alguns dos edifícios estão em avançado estado de degradação, colocando em perigo a segurança de pessoas e bens. -----



----- No passado dia 1 de Janeiro, concretizou-se mais uma transferência de competência para as Juntas de Freguesia, desta feita na categoria de licenciamento. Nesse seguimento, não poderíamos deixar de referir a necessidade de revisão do regulamento de licenciamento de publicidade, que tarda em ser concluído. -----

----- Pois na última sexta-feira, encontravam-se distribuídos em vários locais da cidade, “réplicas de extintores a fazer fumo” como forma de publicitar a nova série televisiva “*Chicago Fire*”. É urgente um regulamento que proíba a exploração comercial autorizada. -----

----- Pois como é possível a Câmara Municipal autorizar este tipo de publicidade, que originou que equipas do Regimento de Bombeiros e Sapadores de Lisboa (RBSL) ocorressem ao local, correndo o risco de que perante situações reais de emergência não estarem disponíveis?! -----

----- Por fim, não poderíamos deixar de parte a Homenagem promovida pela Câmara, na Praça do Município às vítimas do atentado Terrorista ao jornal francês Charlie Hebdo, onde estiveram presentes as três comunidades religiosas com maior expressão na Capital Portuguesa, onde ficou patente que a Luta pela Liberdade é adotada por todos. Para além desta homenagem, a convivência das diversas religiões, também ficou assinalada na Semana Mundial de Harmonia Inter-Religiosa, através de exposições e palestras que se realizaram na primeira semana de Fevereiro na Casa dos Mundos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “No seguimento da análise da Informação Escrita do Senhor Presidente de 1 de Novembro de 2014 a 31 de Janeiro de 2015, «Os Verdes» gostariam de referir alguns assuntos, uns porque carecem de mais esclarecimentos, outros porque não constam deste relatório mas que na nossa opinião, e pela importância que têm, deveriam constar: -----

----- 1. Depois de toda a confusão com a reorganização de serviços, a Câmara pensa agora criar brigadas para manter o espaço público, fazendo com que as Unidades de Intervenção Territorial percam as suas atribuições, isto depois de quatro anos da sua criação. Afinal, parece que a Câmara acaba por reconhecer aquilo que «Os Verdes» disseram desde o início sobre estas Unidades, pois não terão sido de grande utilidade. -----

----- Com esta reorganização a Direção Municipal de Ambiente Urbano será partida em duas: uma direção de Estrutura Verde, Ambiente e Energia e outra de Higiene Urbana, que passará depois para os futuros serviços municipalizados. Tudo isto, pelas palavras do executivo, para otimizar serviços. No entanto, o que nos parece é que a Câmara está a usar Lisboa como um laboratório para fazer experiências, e os seus trabalhadores e munícipes como cobaias, situação que não pode continuar. Assim, gostaríamos de saber, porque esta Informação Escrita não nos esclarece de forma satisfatória, por que razão, menos de quatro anos depois de ter entrado em vigor uma reorganização, pretende agora o executivo avançar com mais uma reorganização dos serviços municipais? E que implicações terá mais esta reestruturação dos serviços no mapa de pessoal do Município? -----

----- Também sobre esta reorganização, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa veio lamentar o pouco tempo que teve para analisar a nova proposta, pelo que perguntamos, por que razão a Câmara não concedeu mais tempo ao sindicato para que este se possa debruçar sobre estas alterações? -----

----- 2. Sobre uma outra questão, o trabalho precário na Câmara Municipal de Lisboa, temos também algumas perguntas: o que tem a Câmara a dizer sobre a existência de um número elevado de trabalhadores precários a ocupar postos de trabalho que satisfazem necessidades permanentes da cidade? São vários os serviços que tentam colmatar as carências de pessoal através da contratação de trabalhadores sem vínculo efetivo. Ou seja, são trabalhadores sem os quais não seria possível manter a qualidade dos serviços municipais, mas são trabalhadores precários! Recibos verdes, contratos emprego-inserção, estágios curriculares ou profissionais, é isto que a Câmara tem para dar a trabalhadores imprescindíveis? -----

----- Uma vez que sobre isto nada encontramos na Informação Escrita, o que nos poderá dizer a Câmara sobre o pagamento, ou não pagamento, dos rendimentos, aos trabalhadores acidentados? -----

----- 3. Passando a um outro tema, a requalificação da Av. Coronel Eduardo Galhardo, na Freguesia da Penha de França. Esta avenida foi requalificada depois de inúmeras queixas, no entanto, parece que nem tudo ficou resolvido pois os moradores queixam-se de umas tampas de ferro que já existiam antes e que lá continuaram, apesar do seu mau estado e de constituírem um perigo para quem lá passa. Pelo que podemos constatar na Informação Escrita, esta Avenida, para a Câmara, é já um assunto resolvido e arrumado, mas para os moradores não é e seria bom sabermos se o executivo está a par destes problemas e se pensa fazer algo para os solucionar. -----

----- 4. Sobre a segurança pedonal, gostaríamos também de saber se está algo previsto para a pintura das passeadeiras que muita falta fazem na Avenida Afonso III e na Rua Morais Soares, entre a Praça Paiva Couceiro e a Parada do Alto de São João, para evitar que se continue a pôr em risco a segurança dos peões que atravessam estes arruamentos. -----

----- 5. Sobre a candidatura de Lisboa a Capital Verde Europeia 2017, gostaríamos de saber em concreto que medidas pensa a Câmara implementar neste âmbito. E, já agora, como justifica o executivo medidas como, por exemplo, a retirada de alguns ecopontos, nomeadamente no Largo Mendonça e Costa e na zona da Alameda Afonso Henriques, para aí criar lugares de estacionamento? -----

----- 6. Tivemos conhecimento de que os músicos, pintores e artesãos que estavam no Castelo de São Jorge, a criar cultura e arte, alguns deles há 20 anos, foram expulsos. Estes artistas pagavam para usufruírem do espaço que ocupavam para as suas atividades. Uma vez que as Grandes Opções do Plano 2015-2018, no Eixo E – Lisboa Global, propõem uma cidade da cultura e da criatividade, como justifica a Câmara que a EGEAC tenha levado a cabo esta expulsão? É que é muito estranho que quem tenha defendido, há muito pouco tempo, “fomentar a criação artística” e que “o município, mais do que promotor, deve ser o facilitador da expressão autónoma, espontânea e o impulsionador dos agentes criadores e criativos da cidade”, se lembre agora de uma

atitude destas que em nada promove aquilo que a Câmara disse querer fazer na cidade. Gostaríamos portanto de saber qual a justificação para esta ação e que alternativa foi apresentada a estes artistas? Se é que foi apresentada alguma alternativa. -----

----- Por último, gostaríamos também de referir que ao longo deste relatório não encontramos qualquer referência à maioria das deliberações aprovadas nesta Assembleia, muitas delas aprovadas por unanimidade. Querera isto dizer que a autarquia vai continuar a ignorar as propostas e recomendações da Assembleia Municipal como até agora?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foi apresentada a esta Assembleia a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa relativamente ao período de 1 de novembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015. Da leitura da mesma e das palavras que aqui foram proferidas pelo Senhor Presidente, podemos assumir que a Câmara Municipal de Lisboa continua a trabalhar em prol da cidade, resolvendo muitos problemas que se arrastavam, renovando-a, potenciando a mesma para enfrentar os desafios do século XXI, não obstante a austeridade a que o País foi sujeito nestes últimos anos. -----

----- A Câmara, executando políticas públicas, ou apoiando e fomentando programas que promovem a economia, a cultura, a solidariedade e o humanismo, o bem-estar, o ambiente, a reforma administrativa da cidade, o desporto, a participação dos cidadãos nas decisões da cidade, a inovação e tantos outros setores, bastava que tivessem o cuidado de ler a mesma Informação, temos que concluir que Lisboa está e estará certamente muito mais tempo no bom caminho. -----

----- Como sabemos, as cidades modernas, como Lisboa se está a transformar, são as que melhor respondem às necessidades e aspirações dos cidadãos, cidades onde as pessoas têm uma qualidade de vida e todas as infraestruturas necessárias para estudar, trabalhar, investir e aproveitar o tempo livre. -----

----- A cidade moderna, como Lisboa se está a tornar ou é já para muitos, como para nós e ainda poderá melhorar, é aquela em que as pessoas se inspiram para criar coisas novas, implementar novos projetos e ter acesso a um mundo de experiências num ambiente vibrante e diversificado. -----

----- Lisboa já tem todas as infraestruturas básicas que, juntamente com os seus preços competitivos, tornam muito fácil, eficaz e confiável criar uma empresa global com sede em Lisboa, ou então cativar cada vez mais turismo, bem este essencial para a economia local e nacional. -----

----- Também sabemos que a cidade está em constante transformação, a melhorar a qualidade das suas infraestruturas e a preparar para enfrentar novos desafios, sendo cada vez mais competitiva em termos globais. -----

----- Contudo, importa referir alguns aspetos que sobressaíram da Informação e que vêm demonstrar o bom trabalho desenvolvido pela Câmara. Iremos referir alguns aspetos e não são aspetos de cosmética, como aqui foi referido pela Senhora Deputada Municipal do CDS. Não são aspetos de cosmética, não são pinturas, são factos que vou aqui relembrar e que foram enumerados na Informação Escrita da Câmara. -----

----- Sobre as contas, custa admitir, é verdade, e parece que há partidos que ainda não perceberam o que é uma dívida e o que não é uma dívida, mas isso certamente que os seus assessores lhe explicarão melhor. Não sou eu que vou explicar isso, mas o certo é que a dívida existe e foi diminuída. -----

----- Sabemos que com o rigor que esta autarquia teve conseguiu uma coisa que não se esperava mas conseguiu, em 2006 eram 459 milhões de euros de dívida a fornecedores e diminuiu drasticamente em 2009 para 109 milhões de euros. O facto é que passados cinco anos a dívida está em 6 milhões. Isto é um facto, não são utopias, não são maquilhagens, é um facto. Mas se a dívida a fornecedores decresceu, o prazo médio de pagamento a fornecedores diminuiu igualmente, pois tal prazo era em 2006 de 324 dias, cerca de um ano para receberem uma quantia a que tinham direito, em 2009 passou para 100 dias e, espante-se com o resultado de 2014, foi reduzido para 7 dias, uma semana. -----

----- Só este facto merecia que todos pudessem ficar satisfeitos, pois o Executivo deu um enorme contributo para o desenvolvimento da economia da Cidade de Lisboa e do País. A sua responsabilidade para com Lisboa empunha-lhe e fez. Só não se percebe é como foi possível no passado ter prazos de pagamento de 324 dias, que estes sim contribuíram não para o desenvolvimento da economia local nacional, mas para a sua degradação, prejudicando a cidade. Felizmente que se alterou essa tendência e que aqui importa salientar, pois em tempos de austeridade o que esta Câmara Municipal fez foi, com todo o rigor e firmeza que já nos habituou, minimizar os efeitos dessa austeridade para as empresas e para os cidadãos. -----

----- É muito diferente uma empresa receber num ano ou numa semana, com todos os impactos que uma situação ou outra têm para a economia local nacional, mas sobretudo para a sua própria existência e viabilidade, uma vez que muitas empresas foram à falência por situações destas, atrasos nos pagamentos. Os nossos parabéns por esse feito, porque a Câmara Municipal, como aqui foi dito, contribuiu naquilo que lhe era exigido e possível para que não houvesse um desemprego em Lisboa. Não é a Câmara que é responsável, são outros que têm que ser responsabilizados. -----

----- Se no sistema financeiro a CML apresenta factos que demonstram o bom trabalho que está a fazer e cumprindo o prometido em prol da cidade também contribui muito para a economia do País, executando as políticas que potenciam o turismo em Lisboa, sendo este cada vez mais uma referência no turismo internacional, setor cada vez mais importante para a economia local e nacional. -----

----- De facto, aí estão os turistas nas quatro estações do ano a invadir Lisboa, os prémios internacionais, as distinções, sempre colocando a cidade como um dos melhores destinos turísticos do mundo. Isto também são factos, não são utopias. -----

----- Por falar em turismo, no ano 2014 houve um crescimento do turismo para a cidade. De facto foi aqui referido e salientar o reconhecimento pelo PSD, na voz do Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves, que reconhece o esforço brilhante que a Câmara fez nesse sentido, finalmente reconhece alguma coisa de positivo deste Município. O facto é que a taxa de ocupação da hotelaria de Lisboa em 2014 foi de 72%, aumentando 8% em relação a 2013, a oferta aumentou 3,2%. O número de

turistas atendidos nos postos de atendimento cresceu 63%, passando de 1.3 milhões para 2.14 milhões. Vejam bem o crescimento do turismo. -----

----- Relativamente à região de Lisboa, com base nos dados provisórios do INE, esta teve um crescimento nas dormidas de 14%, resultando num volume financeiro de 11.5 milhões de euros em receitas para a Área Metropolitana. Estima-se com base nos mesmos dados que as receitas de hotelaria tenham atingido os 679 milhões de euros em 2014, a que corresponde um acréscimo de 15,3%. -----

----- De resto, e também porque são factos convém aqui lembrar, a nossa capital continua a ser conhecida internacionalmente como destino turístico. Lisboa está no top das preferências turísticas na Europa enquanto melhor destino turístico para visitar em família ou em lua-de-mel, ou até mesmo fazer férias de inverno, de acordo com o ranking Best Vacations no *site* US News. -----

----- A capital portuguesa foi destacada nas categorias de melhor destino de férias de inverno – segundo lugar, destino mais acessível – segundo lugar, destino mais acessível para lua-de-mel – terceiro lugar, melhor destino para visita – sexto lugar, melhor destino em família – décimo lugar, melhor destino de lua-de-mel – décimo lugar. -----

----- Pergunto: há dez anos atrás estava em que lugar? Ninguém sabe. Então peço a todos vós para irem tentar pesquisar estes dados e verão a diferença numa década, o que se conseguiu fazer em termos de turismo. É verdade, são factos. -----

----- Todos estes indicadores falam por si, não podendo deixar de demonstrar nesta Assembleia o excelente trabalho que a Câmara também neste setor cada vez mais importante da economia tem vindo a desenvolver e implementar. -----

----- Mais factos existem. Fazendo referência à Informação Escrita, importa salientar que passados 40 anos finalmente se vai resolver mais um problema que existia na cidade, mais concretamente no Bairro Fonsecas e Calçada, na Freguesia de Alvalade, em que a Câmara Municipal por sua iniciativa promoveu uma operação de loteamento que visa a regularização da situação cadastral dos blocos A e B, cuja construção foi promovida pelas cooperativas de habitação 25 de Abril – Fonsecas e Unidade do Povo – Calçada em terrenos municipais no âmbito do processo SAAL iniciado há 40 anos. --

----- Mas também podíamos falar da delimitação da área de reabilitação urbana do Vale de Chelas, necessária à cidade e em especial naquela zona, pois o Vale de Chelas apresenta-se como um território fragmentado, onde coexistem reminiscências rurais, antigos palácios, edifícios fabris obsoletos e abandonados e onde destaco a situação da Vila Dias, justaposição de infraestruturas que acrescentaram ruturas e impactos negativos sobre a envolvente de potencial urbanístico que advém de corresponder à segunda área aluvionar mais importante da cidade. -----

----- Já para não vos maçar com inúmeros projetos urbanísticos que têm vindo a ser implementados na cidade e continuarão no futuro, com vista a adotar e preparar a cidade para enfrentar os desafios do século XXI e reabilitar a cidade, como o morto à nascença projeto de Alcântara 21, que toda a gente se deve lembrar, que nunca passou disso e o facto é que nenhuma Câmara tentou revitalizar tanto esta cidade como o atual Executivo. -----

----- Teremos sempre contra a Câmara e nesta Assembleia as vozes do passado, os vendilhões do tempo sempre contra tudo e mais alguma coisa que esta Câmara tenha a fazer. -----

----- Temos que reconhecer a sua tenacidade, Senhor Presidente, bem como a do seu Executivo, pois todos os dias, contra ventos e marés, continuam a trilhar o caminho de uma Lisboa virada para os lisboetas e para o mundo. -----

----- Relativamente ao projeto dos percursos pedonais da Graça também não os vou maçar, já foi aqui dito, fundamental e essencial para a cidade, aquela belíssima Colina do Castelo e também mais um investimento desta Câmara para o turismo. Aqui está mais uma contribuição. -----

----- Do ponto de vista social, o programa Mitra. Efetivamente, com este programa pretende-se prestar apoio a pessoas com dificuldade de integração na sociedade, através da criação de um conjunto de valências como habitação assistida, emprego protegido ou apoio na saúde. Este projeto visa contribuir contra a pobreza e a desigualdade, porque esta é uma das prioridades da autarquia e também nos últimos anos tem desenvolvido um trabalho excelente nesta área. É mais um programa que pouca gente aqui falou, mas eu lembro que são factos. Eu sei que às vezes ouvir factos custa, mas temos que os dizer para todos ficarmos a perceber o que é que se está a fazer na autarquia. -----

----- Houve também a assinatura do protocolo Núcleo de Planeamento e Intervenção das Pessoas Sem Abrigo, outra ação fundamental para a cidade, que vai aumentar a eficiência na resposta às pessoas sem-abrigo. É através destes protocolos, reconhecidos e valorizados, que a cidade cresce e se preocupa com os seus cidadãos. A Câmara está a trabalhar nesse sentido. -----

----- Por outro lado, também foi inaugurada a Unidade de Atendimento a Pessoas Sem Abrigo. Pouca gente aqui referiu, se calhar com algum receio, toda a gente fala muito mas quando chegamos ao ponto do humanismo e solidariedade parece que esquecemos um pouco disto. O certo é que mais uma vez a Câmara Municipal inaugurou esta unidade que se destina simplesmente ao atendimento, apoio e encaminhamento de pessoas isoladas e famílias em situação sem-abrigo, designadamente prestando apoio psicossocial, apoio a famílias e pessoas em situações de dificuldade e emergência social. -----

----- Quem aqui disse que a Câmara não está a fazer nada não sabe, não leu, não quer saber. A verdade é que a Câmara está a fazer tudo o que é possível, dentro dos seus instrumentos e limitações, para resolver os problemas da cidade e dos lisboetas e que nós muito nos contentamos com isso. -----

----- Também tenho aqui que salientar, aproveitando para louvar a ação do Senhor Vereador do CDS na Câmara, o Plano Municipal do Combate ao Desperdício Alimentar, um bom programa que pretende otimizar a recolha do desperdício alimentar produzido em Lisboa, alargar em tempo útil o âmbito da sua distribuição junto da população mais carenciada, criar e manter uma rede de voluntariado capaz de garantir a cobertura da cidade, sensibilizar os diferentes *stakeholders* para o combate ao desperdício alimentar e apoiar as organizações no cumprimento dos requisitos

adequados à recolha, armazenamento, distribuição dos bens alimentares em perfeitas condições de qualidade, higiene e segurança. -----

----- Este Senhor Vereador do CDS que eu louvo, que sendo da oposição está a colaborar com a Câmara para resolver os problemas. Bem-haja e só gostaríamos que houvesse outros Vereadores também com a sua posição construtiva que pudessem contribuir para a cidade, porque é para isso que nós fomos eleitos. Bem-haja Senhor Vereador, aqui apoiando a Câmara neste assunto tão importante para o nosso Município. -----

----- Também falaram aqui por alto na reforma administrativa, parece uma coisa que já não é importante referir e que já está tão sedimentada, e bem, que não vale a pena, mas eu vou aqui ressaltar. Foi referido aqui que no âmbito da reforma administrativa concretizou-se a transferência de competências de licenciamento, que são mais um passo importante para a consolidação do papel das juntas de freguesia na gestão da cidade. Se isto não é uma boa ação efetuada nestas dois meses, não omitiram, não leram, o certo é que está lá na Informação Escrita com toda a clareza, mas também está lá que do ponto de vista da higiene urbana e basta os Senhores Deputados Municipais passearem pela cidade e perguntarem aos cidadãos o que é que melhorou. Toda a gente reconhece que houve melhorias na higiene urbana e isto deve-se muito ao Senhor Vereador do pelouro, que juntamente com as freguesias está a resolver os problemas da cidade em termos ambientais e em termos de saúde pública, situação que já há muito não se via e felizmente que com esta reforma e com esta atitude do Executivo se consegue resolver. -----

----- Também não foi aqui falado mas eu gostaria de referir que Lisboa foi escolhida para o projeto 'Resilient Cities'. Ninguém falou porquê? Porque é importante, porque promove a cidade para o futuro. Só para terem uma ideia, este projeto é promovido pela Fundação Rockefeller, foi apresentado em Singapura e juntou esta cidade às grandes metrópoles como Los Angeles, Nova Iorque, Roma, Cidade do México, São Francisco, Melbourne, Rio de Janeiro, Londres, Paris, Barcelona, Boston, Santiago e outras. É um projeto importante que visa um espaço urbano mais resiliente, capaz de responder de forma célere e eficaz aos riscos e aos impactos presentes e futuros causados por catástrofes naturais, alterações climáticas e pela complexidade própria do espaço urbano. -----

----- Aqui está um projeto desafiante, ninguém ousou aqui falar, mas eu quero repor este facto. Parabéns mais uma vez ao Executivo. -----

----- Relativamente ao Orçamento Participativo, eu estranho a posição do BE, dizendo aqui que havia uma falta de democracia neste Executivo. Se há democracia, é precisamente nesta medida que já vai na sétima edição e que 57 mil cidadãos de Lisboa participaram nos últimos três anos, tendo o *site* sido visitado por mais de 224 mil cidadãos e, das 669 propostas apresentadas, 211 foram transformadas em projetos que resultaram em 13 projetos vencedores. Se não há democracia, também não sei qual é a democracia que aqui falamos, sendo que não será certamente a minha. -----

----- Lisboa candidatou-se também à Capital Verde Europeia e 'Os Verdes', em vez de louvarem esta candidatura, veem questioná-la, perguntando porquê, com que custos,

como é que vamos financiar isto? Mais uma candidatura para a cidade, mais um benefício para a cidade e depois veem os ‘velhos do Restelo’, os vendilhões do templo dizer não, que isto não pode ser assim. Para criar a cidade temos que ser todos juntos, todos criticando, construindo e promovendo.-----

-----Basta lerem, é um projeto tão ambicioso, tão importante que, só para terem uma ideia, vai em termos ambientais e de vivência facilitar a definição dos elevados padrões de desenvolvimento urbano sustentável, escutando as necessidades dos cidadãos e apresentando soluções pioneiras e inovadoras aos desafios ambientais. Querem melhor do que isto? Eu acho que a Câmara também aqui merecia um louvor e não uma crítica injusta como aqui foi dita.-----

----- Quanto ao ambiente e energia, tenho que reconhecer que a Senhora Deputada Municipal do CDS está de parabéns porque reconheceu que o processo de substituição das lâmpadas incandescentes dos semáforos por óticas led vai trazer benefícios para a cidade. Agradeço esse reconhecimento, porque se virmos o que se vai poupar com isto, há uma redução de cerca de 160 mil euros por ano nos primeiros dois anos e mais de 800 mil euros nos anos seguintes. O certo é que também os parabéns ao Senhor Vereador Sá Fernandes, que implementou esta medida e é com estas medidas que se consegue aquela famosa redução de dívida e esta Câmara está de parabéns por isso.----

----- Quanto aos bares, eu não vou falar porque já foi aqui explicado. É pena é que a Câmara não tenha instrumentos, porque quem tem esse dever também não o faz, certamente por algum receio. A Câmara já demonstrou que não tem receio nenhum em priorizar a vida das pessoas, o bem-estar das pessoas, e é pena que não tenha outros instrumentos para ainda reduzir mais o aproveitamento da via pública. Sabemos que às 4 e 5 da manhã muitos jovens andam pela cidade a beber e a fazer outras diabruras que não seriam desejáveis. O certo é que não pode fazer mais, mas ao que fez também o PS dá os parabéns, porque de facto mostrou energia e vigor e é disso que precisamos para mudar Lisboa e Portugal.-----

----- Também ninguém falou de inovação e achei estranho. A Invest Lisboa tem vindo a posicionar Lisboa como uma Atlantic Business Hub. O certo é que nos últimos quatro anos, e continua por aí adiante, já apoiou mais de 129 projetos. Nos últimos doze meses foram organizadas sete reuniões que envolveram a participação ativa de 130 empresas. Já criaram as Start Up Lisboa Tech, Lisboa Commerce. Parcerias com o IAPMEI, Montepio, ISCTE e outras criaram mais de 180 postos de trabalho.-----

----- A criação de redes incubadoras, mais 150 postos de trabalho. Também ninguém falou e eu acho estranho, porque há um esquecimento quando se tem que falar de coisas sérias e nós estamos aqui a falar. O certo é que se criou e quem é que implementou? Quem é que promoveu? A Câmara Municipal. Espante-se que foi a mesma que está aqui hoje a ser escrutinada e criticada injustamente. -----

----- Poderia estar aqui a falar de mais ações que a Câmara Municipal desenvolveu em prol do progresso da cidade, mas certamente seria muito penoso para muitos ouvirem estas medidas, sabendo que se fazem, que se podem fazer e demonstram vontade real de resolver os problemas da cidade e dos lisboetas, contribuindo para uma cidade mais



sustentável e mais solidária e até mais feliz. Por isso os meus parabéns ao Executivo, que tem vindo a resolver os problemas da cidade. -----

----- Peço-lhe, Senhor Presidente, que não tenha receio dos vendilhões do templo que dizem que vão interpor ações contra o Município por ter tomado as decisões mais acertadas para a qualidade de vida dos cidadãos, ou que dizem que pretende esconder questões como a questão de Monsanto, como o BE há pouco referiu. O Senhor Presidente fez muito bem, não tem nada que dizer porque já foi agendado para a próxima Assembleia, a pedido por acaso do BE. Dizem uma coisa e fazem outra, isto não é política, isto é tudo menos política. -----

----- Por isso, Senhor Presidente peço-lhe efetivamente para não ter receio dos vendilhões do templo e continue na sua luta pelo desenvolvimento de Lisboa, em prol da cidade, porque certamente será reconhecido mais tarde por todos nós, como já é neste momento. Se a cidade hoje está melhor, deve-se à sua visão política e ao excelente trabalho do seu Executivo. Lisboa agradece. -----

----- Sabendo que existe um longo percurso, porque ‘Roma e Pavia não se fizeram num dia’, a resolução dos problemas da cidade também não se resolvem num dia. Há aqui pessoas que pensam que se resolvem num dia, mas não resolvem e é por isso que o nosso Grupo Municipal sabe reconhecer o mérito quando existe, como aqui foi referido, mas também tem que questionar o Executivo porque essa é a sua responsabilidade, porque para isso foi eleito e para isso teremos também que ter algumas respostas, pelo menos de reflexão, para que todos nós possamos hoje sair daqui com mais algumas decisões, mais um contributo para a melhoria da vida na nossa cidade. -----

----- Por isso gostaríamos de saber, isto é uma questão muito importante e já anda há muito tempo para ser resolvida, para quando a cidade tem uma solução para a Vila Macieira. -----

----- Por outro lado, fundamental também para a qualidade de vida na cidade, saber em que fase está o plano de pavimentação da rede rodoviária municipal, instrumento essencial para a rede rodoviária de Lisboa. -----

----- Por último, sei que o Senhor Presidente vai responder porque responde sempre aos grandes desafios e aqui vai um grande desafio, para quando um centro de congressos de dimensão internacional para acomodar conferências internacionais que irão potenciar ainda mais a cidade para o mundo? Cidade esta por quem o Senhor Presidente já tanto fez e muito nós nos orgulhamos. -----

----- Pelo referido temos que concluir que factos são factos e contra factos não há argumentos. Mais, enquanto muitos dos Senhores Deputados Municipais da oposição não perceberem o que a cidade vos diz e a conhecerem, continuarão a entoar os cânticos do passado como verdadeiros ‘velhos do Restelo’.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Informação Escrita do Presidente apresentada a esta Assembleia começa por nos fornecer os indicadores das Contas de 2014, dando conta da sua evolução no período 2006/2014. Naturalmente que será de referir a sua positiva evolução neste

espaço de tempo, com especial incidência na redução da dívida consolidada, apesar do peso que assume a Bragaparcos neste indicador, o qual de alguma forma vem penalizar o esforço desenvolvido. -----

----- A redução do prazo de pagamento a fornecedores, assim como a redução da dívida, são assuntos fulcrais que contribuem de forma determinante não só para a economia da cidade, mas também para a definição da capacidade de intervenção da CML num futuro próximo, sendo por essa mesma razão igualmente determinante que a Assembleia Municipal possa acompanhar de perto este processo através de uma informação permanente e atualizada. -----

----- Registamos também a saudável evolução dos indicadores referentes à nossa cidade enquanto destino turístico, que traduzem um significativo processo de crescimento neste setor de atividade, onde o papel do Município é imprescindível. -----

----- A criação dos percursos pedonais Graça/Mouraria/Sé e a implementação do plano de acessibilidade suave e assistida à Colina do Castelo são sem dúvida bons exemplos desta evolução, assim como as muitas manifestações culturais e desportivas que animam a cidade. -----

----- Congratulamo-nos também com a conclusão da renovação e abertura das piscinas municipais dos Olivais, tornando este equipamento finalmente disponível para fruição dos lisboetas. -----

----- Do conjunto de intervenções elencadas no relatório, não queremos deixar também de destacar as ações desenvolvidas no domínio da ação social, das quais salientamos: -----

----- O Programa Mitra, através do qual no passado dia 5 de novembro a CML e a Santa Casa da Misericórdia celebraram a escritura de transmissão das construções da Mitra na Freguesia de Marvila à Santa Casa da Misericórdia. Esta transmissão vai permitir a implementação do Programa Mitra – Polo de Inovação Social, que visa apoiar pessoas com dificuldade de integração na sociedade através de um conjunto de ações que passam pela criação de habitações assistidas, emprego protegido ou apoio à saúde. -----

----- Destacar também a celebração do protocolo Núcleo de Planeamento e Intervenção da Pessoa Sem Abrigo. A assinatura deste protocolo veio permitir uma experiência de trabalho conjunta que envolve 19 entidades, todas elas envolvidas neste objetivo, melhorando-se assim a capacidade de resposta na cidade face a este problema, complementada esta resposta também pela inauguração da Unidade de Atendimento à Pessoa Sem Abrigo realizada recentemente. Mais uma vez, em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, a Câmara Municipal cedeu um espaço no Cais do Gás para este fim, que tal como o nome indica se destina ao atendimento, apoio e encaminhamento de pessoas isoladas e famílias em situação de sem-abrigo ou com domicílio instável na cidade. -----

----- Gostaríamos também de saudar a aprovação por unanimidade do Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, aprovado pela Câmara Municipal a 15 de janeiro e que acreditamos ser um contributo positivo no apoio que a cidade pode dar ao nível da intervenção social. Suportando-se numa rede ampla de voluntariado, o

Plano pretende otimizar a recolha de alimentos em Lisboa procedendo à sua distribuição junto da população mais carenciada, para o que se torna necessário sensibilizar os diferentes intervenientes neste processo, dilatando a rede existente e a sua capacidade de alcance na cidade. Neste contexto faz ainda todo o sentido lembrar que Lisboa foi escolhida como capital do voluntariado para este ano de 2015. -----

----- Por fim, saudamos também a iniciativa da CML em lançar a sétima edição do Programa de Renda Convencionada e o RAHM territorial. -----

----- Nesta sétima edição do Programa de Renda Convencionada, constituída por doze habitações municipais com tipologias que variam entre o T3 e o T0 que decorreu entre os dias 1 de Dezembro e 31 de Janeiro, registaram-se mais de quinhentas candidaturas.-----

----- Por sua vez, no âmbito do RAHM, que viu a sua metodologia de atribuição de fogos revista no passado mês de Dezembro por meio da criação de bolsas habitacionais territoriais com o objetivo de concentrar no mesmo bairro ou zona possíveis interessados nessas localizações, lançou-se a primeira edição desses parâmetros com trinta e três habitações municipais localizadas na Alta de Lisboa. O elevado número de candidatos, mil oitocentos e setenta, face aos fogos disponíveis, trinta e três, são um claro indicador que é necessário que a CML continue a apostar na habitação pública, nomeadamente, fazendo o uso máximo dos mecanismos existentes na legislação de reabilitação urbana para reserva de fogos construídos para este fim. ---

----- Assim, como o Município tem de dar resposta às necessidades de equipamentos públicos da cidade que estão constantes na Carta de Equipamentos, é inegável também o papel que o mesmo pode ter no aumento da resposta a esta crescente procura de habitação mais acessível na cidade. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em 2014 a tarifa de saneamento rendeu à CML 29,2 milhões de euros, em 2015 só nesta área de impostos a Câmara quer arrecadar 74,4 milhões de euros dos lisboetas. Aqui estão o PS e António Costa como falsos amigos do povo, na nova taxa de resíduos urbanos e na taxa de proteção civil, para substituir a taxa de conservação de esgotos que supostamente seria extinta, mas que foi duplicada. -----

----- Tudo isto decorre de uma lei aprovada pelo governo do PS, com o apoio do PSD e do CDS-PP, mas não obriga, essa lei, à duplicação de taxas, em Lisboa. -----

----- Vêm depois desculpar-se com a devolução de 2,5% das receitas do IRS, só que este imposto é progressivo, e quem mais paga IRS é quem mais ganha. Portanto, serão as famílias com mais elevados rendimentos as que mais recebem. A maioria dos lisboetas receberá pouco, ou coisa nenhuma. -----

----- Por um lado, a maioria absoluta do PS, na Câmara, subcarrega a população com taxas mais pesadas. Por outro lado, oferece benefícios e isenções milionárias injustificadas para os que mais têm. É a borla de seis milhões de euros de isenção de taxas e serviços oferecidos à multinacional que organiza o “Rock in Rio”, ganha rios de dinheiro em cada festival. Mais uma borla de 1,8 milhões de euros a uma sociedade anónima desportiva. -----

----- Uma vez mais, afirmamos que para o PCP não estão em causa a importância que o Sport Lisboa e Benfica tem para a cidade, a quem a CML já reduziu 50% o valor calculado das taxas em virtude do estatuto de utilidade pública, mas o facto da entidade que beneficiará da isenção se tratar de uma SAD, o que contrasta com qualquer outro habitante da cidade de Lisboa e que não se pode eximir de pagar as mesmas taxas. -----

----- Não está em causa, portanto, a mais-valia do clube, nem a importância que tem, mas é totalmente injustificada como já afirmámos publicamente. Mesmo que decorra de situações anteriores, é esta Câmara que retoma o processo e o pretende atirar agora, para a responsabilidade da Assembleia Municipal. Aqui está a receita do PS em comunhão com o PSD e o CDS-PP, no essencial, para Lisboa e para o País. Mais benefícios para quem mais tem, mais taxas e tarifas para a maioria das populações desfavorecidas. Receita do Governo central igual à receita do PS na Câmara Municipal de Lisboa. Tudo se junta em benefício dos privilegiados, nos negócios preparados para os grandes grupos e no aumento de encargos e perdas de serviço público para quem trabalha, e para a maioria das populações das freguesias da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez na informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, o mais importante vem na parte da informação dos serviços que retrata exaustivamente a atividade desenvolvida no período em apreço. -----

----- A introdução da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara refere um conjunto de atividades, desde os indicadores das contas apresentados aqui como se de um verdadeiro êxito se tratassem, às preferências de Lisboa por várias categorias de turismo, só vêm, certamente, uma parte da cidade, a concretização de planos de acessibilidade pedonal que tardam, comemorações, projetos, realço como positivas atividades na área da intervenção social, atendendo aos tempos difíceis e de austeridade que nos impuseram, atividades para os sem-abrigo, ou programa de combate ao desperdício alimentar. -----

----- A informação destaca o orçamento participativo. No entanto sabemos que projetos vencedores em anos passados, 2012, por exemplo, não têm sido concretizados. -----

----- Refere também, a substituição das lâmpadas dos semáforos por tecnologia Led, como já foi aqui referida, os votos que fazemos vão no sentido de esperar que tal signifique uma melhoria no estado geral dos semáforos, problema já diversas vezes aqui abordado e alvo de recomendação também aprovada há cerca de um ano. -----

----- Para além disto fica muita coisa por dizer e que não é uma boa imagem para a cidade. Sem dúvida que é importante, e são dignas de nota, as menções referenciadas. Mas trazemos aqui a situação do Parque de Monsanto. -----

----- O executivo PS na Câmara Municipal de Lisboa tem optado por desconfigurar o Parque Florestal de Monsanto através de concessões e de privatizações de vários espaços que deixaram de ser de fruição pública, onde os privados pretendem converter

áreas ambientalmente protegidas e sensíveis para outros usos e instalar unidades hoteleiras que vão aumentar a carga e a intensidade de utilização, contrariando o Plano de Ordenamento e Requalificação do Parque de Monsanto.-----

----- Na realidade, a Câmara Municipal de Lisboa está a subcarregar o Parque Florestal de Monsanto com mais unidades hoteleiras e uma de restauração e bebidas. As cargas de utilização, gestão, fornecimentos, apenas vêm contribuir para uma utilização que dificilmente se compatibiliza com uma baixa intensidade preconizada. --

----- Contrariamente, aos objetivos afirmados, não se trata de ecoturismo pois, para que assim fosse, não se partiria para a concessão de três equipamentos, dois deles com duvidosa utilização neste sentido, e com toda a carga anteriormente referida. Trata-se sim, de transformar mais esta parcela da cidade numa área de negócios, permitindo a expansão da utilização hoteleira para dentro do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- A concessão pela Câmara Municipal de Lisboa a privados de edifícios e espaços do Parque Florestal de Monsanto, vem confirmar mais uma vez que a Cidade está a saque, em vez de promover e apoiar o uso dos espaços verdes da cidade pelos seus habitantes, e a prática desportiva que, efetivamente, ali se realiza todos os dias, o executivo do PS prefere entregar mais um pedaço do património, que é de todos, para lucro que será só de alguns. Em vez de dotar aqueles equipamentos com mais condições, iluminação, acessos, transportes, que permitiriam que mais lisboetas pudessem usufruir dos espaços, António Costa prefere que o mesmo se transforme em mais um espaço para turistas. Entregar aos privados para receberem lucros pela gestão de espaços que são públicos, que são de todos nós, é uma marca característica deste executivo, neste novo negócio agrava-se esta opção.-----

----- O PCP defende ambientalmente o Parque Florestal de Monsanto, a requalificação das suas áreas degradadas, e a criação de condições para que este parque continue a ser de acesso publico, possibilitando o lazer e a prática desportiva informal. -----

----- O PCP exige que este espaço não seja roubado às populações e que a prática desportiva e o lazer dos habitantes de Lisboa se sobreponham aos interesses financeiros.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu muito sucintamente, queria responder, pelo menos, a algumas questões que foram colocadas e que dizem respeito à área que tutelo.-----

----- Queria dizer que em relação às questões colocadas pelo BE, que evidentemente, se me perguntar se estou contente com o rácio entre aquilo que é a procura e aquilo que é a oferta, não, não estou contente. Não considero que, apesar de tudo, aquilo que é o esforço desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa, em particular pelo Pelouro da Habitação e os seus serviços, seja ineficaz, isso eu não posso estar de acordo.-----

----- Dizer-lhe só e retificar que a renda convencionada e os valores que referiu, referiu de facto o valor mais alto da renda convencionada que é neste momento, que neste último sorteio da renda convencionada foi o valor mais alto em termos de fogo. -

---- Mas queria lembrar-lhe os outros valores que estão associados a este programa, portanto, eu vou passar a ler:-----

----- Um T2 com valor de trezentos e setenta e dois euros. Um T1 com valor de cento e oitenta e oito euros. Um T0 com valor de duzentos e cinquenta e três. Um T1 com valor de trezentos e quarenta e sete. Um T2 com valor de trezentos e vinte e dois. Um T3 com valor de quatrocentos e cinquenta e três euros. Um T2 com valor de quatrocentos e cinquenta e seis euros, que foi o que o Senhor Deputado referiu. Um T1 com valor de cento e sessenta e seis euros. Um T1 com valor de duzentos e oitenta e quatro euros. Um T1 com valor de trezentos e trinta e cinco euros. Um T1 com valor de duzentos e noventa e dois euros. E um T1 com valor de duzentos e trinta euros. ----

---- Se o Senhor Deputado me encontrar no mercado valores próximos deste valor que acabei de anunciar, para estas tipologias, situadas em zona centro da Cidade de Lisboa, eu agradeço-lhe que me informe porque nas pesquisas que, quer eu, quer os nossos serviços têm o cuidado de fazer, estes valores estão mais do que 30% do valor de mercado que é o valor de referência deste programa e o valor aprovado deste programa. -----

----- Dizer também, e clarificar, que os mil oitocentos candidatos ao RAM territorial não são mil e oitocentos novos candidatos e isso está explícito naquilo que são as regras do programa. O RAM territorial procura responder de uma forma eficaz àquilo que é o uso da habitação pública porque têm sido, sistematicamente, recusados estes fogos, neste território, e são os trinta e seis fogos que estão disponíveis na Alta de Lisboa, e que têm sido sistematicamente, recusados por razões várias às pessoas que estão no ramo geral. E, portanto, nós entendemos, como exemplo, procurar ver se funcionar para que não sejam recusados e que essas pessoas percam o direito à habitação e, portanto, os mil e oitocentos são pessoas que já estão na lista geral do RAM, não são novos candidatos a somar à lista homologada, são pessoas que estão nessa lista e que são convidadas a concorrer para aquela zona da cidade, sabendo em que zona é, para que não haja razão de recusa, e para que esses fogos possam ser ocupados e não, sistematicamente, vandalizados como tem vindo a acontecer.-----

----- E agora, responder ao Deputado Luís Saldanha, do PS, em relação ao processo da Vila Macieira, que é um núcleo habitacional histórico, uma vila operária, na Freguesia de São Vicente, e que foi propriedade da EPUL, foi adquirida em 2000, e nesta altura, quando foi adquirida, deveria ter sido demolida, na altura, para viabilizar o arruamento que servia a Rua dos Peres do vale de Santo António. Esta demolição não aconteceu em 2000. A Câmara Municipal de Lisboa realojou, na altura, os legítimos ocupantes daquela Vila num total de vinte famílias, libertou totalmente o terreno para quem o pudesse demolir. A EPUL não demoliu em 2000, não demoliu em 2008, e em meados de 2008, foi perguntado à EPUL se iria, ou não, concretizar a demolição e foi garantido que iria ser concretizado até ao final do ano, e não foi demolido. O que aconteceu, depois, é que o espaço foi ocupado por pessoas várias, incluindo uma concentração muito grande de pessoas toxicodependentes. -----

----- Neste momento, o património da EPUL que foi integrado no património da Câmara Municipal de Lisboa, e a decisão sobre a sua gestão, e sobre o seu destino, e o

que fazer naquele território não é uma decisão única e exclusivamente da área da habitação e dos direitos sociais, mas sim uma decisão que terá de ser tomada pela Câmara Municipal de Lisboa naquilo que é a intervenção estratégica naquilo que era o património da EPUL.-----

----- Evidentemente, a situação da Vila Macieira é uma situação que nos preocupa a todos, e a situação específica da população toxicodependente tem de ser tratada e enquadrada, exatamente, nessa matéria, como uma população com necessidade de intervenção e de apoio que não passa só, naturalmente, por aquilo que é a atribuição de uma habitação.”-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Apenas de forma breve, tentar sistematizar o ponto de situação do plano de pavimentação, que me foi colocado pelo Deputado Ricardo Saldanha, dar-lhe nota do seguinte:-----

----- Portanto, neste momento, como sabe, o Plano de Pavimentação na sua estrutura inicial tinha previsto uma intervenção em cento e noventa e cinco ruas, foram, entretanto, aditadas mais cinco, já vai em duzentas e quatro, são mais de quinhentos e sessenta e três mil m2 de área de intervenção, e como eu sempre transmiti, este plano não contemplava outras ações, que também estão em curso, nomeadamente, requalificação urbanística de espaço público. Neste momento, temos intervenções na Rua Rafael Bordalo Pinheiro, ou na Infante Dom Pedro que são situações que não estão no Plano de Pavimentação, que são complementares têm a ver com reestruturações, e portanto acrescem a este plano, e também as intervenções que são estruturantes que decorrem de planos de reabilitação de componentes de saneamento. Por exemplo, neste momento estamos a fazer reabilitação na Rua do Salvador em Santa Maria Maior, e não consta do plano pois são situações diferentes, mas têm um impacto de beneficiar a pavimentação da cidade.-----

----- Posto isto, devo-lhe dizer que em 2014, tínhamos previsto ser intervencionadas as quarenta e duas ruas, fizemos trinta e cinco, temos aqui um desvio de sete, e um grau de execução de 83%, que entretanto, algumas delas já foram requalificadas. Neste momento, já acabámos de fazer a Rua Reinaldo Ferreira e a Rua Actor da Silva, uma no Lumiar, a outra em Alvalade, e portanto estamos um bocadinho aquém daquilo que estava previsto inicialmente, isto porque houve uns atrasos em algumas empreitadas previstas, houve umas outras em que não temos o desenho do espaço público concluído, mas agora em abril vamos ter um reforço na nossa capacidade de intervenção com a adjudicação de uma nova empreitada que está em concurso e que só está concluído o processo em abril, e nós estamos convictos, neste momento que até ao final do primeiro semestre de 2015, recuperamos o atraso que temos e iremos fazer as sessenta e cinco ruas, portanto, o acumulado que estava previsto para o final do primeiro semestre de 2015, e recuperar o atraso que neste momento temos. Portanto, a minha convicção neste momento, é essa. E este atraso também foi necessário para redirecionar algum esforço adicional para fazermos intervenções ao nível de pequenas intervenções, tapa buracos, e coletamos o esforço dos primeiros

dois meses e, portanto, a partir de abril a minha convicção é que vamos recuperar este atraso, e vamos completar estas sessenta e cinco intervenções que temos previstas até ao final do primeiro semestre de 2015. -----

----- Portanto, o ponto de situação é este. Pensamos que, neste momento, o desvio existe, não é preocupante, e neste momento, também dar nota que, apesar disto, também aproveitamos como é do vosso conhecimento, para antecipar outras ações através de protocolos com Juntas de Freguesia, fizemos com a Penha de França, com Benfica, com Marvila, com Lumiar, e estamos a preparar agora, também, com Santo António e com Alvalade. Vai fazer com que situações que estavam previstas serem intervencionadas em 2016 e 2017, possam já ser feitas em 2015, pelas próprias Juntas de Freguesia, mantendo o cronograma financeiro do Plano de Pavimentação. -----

----- Portanto, tudo isto dá o efeito combinado que eu penso que neste momento, a execução é bastante positiva. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria aqui falar apenas de duas coisas; a candidatura de Lisboa a Capital Verde, uma candidatura que serve, no fundo, para termos o ponto de situação do ambiente na Cidade de Lisboa. As minhas expectativas em relação á candidatura, é que me parece uma boa candidatura, uma vez que nós estamos melhores no ruído do que o que estávamos, na poluição, com mais eficiência energética, com mais biodiversidade, com mais espaços verdes, com mais bicicletas, com mais práticas positivas, com mais participação, nomeadamente, com o orçamento participativo e, portanto, é uma boa candidatura. -----

----- Não há memória de uma cidade ter-se candidatado pela primeira vez e ter ganho, se isso acontecesse seria excelente, mas o que é preciso é termos um bom documento para podermos monitorizar e melhorar em termos ambientais, a cidade. -----

----- O que o júri decidir, decidirá. Estou absolutamente, à vontade pelo bom trabalho que a Câmara tem feito em relação a estas matérias. -----

----- E uma das matérias que a Câmara tem feito um bom trabalho é precisamente, Monsanto. Eu lembro-me que Monsanto, o Plano de Gestão Florestal foi aprovado até por esta Assembleia Municipal, e estamos a seguir à risca esse Plano de Gestão Florestal. -----

----- Quando se fala deste problema da concessão, devemos também enquadrá-lo naquilo que tem sido feito, quer no combate das invasoras, quer na reflorestação, que no trabalho de limpeza de Monsanto que tem sido elogiado por toda a gente julgo eu, há sempre exceções, obviamente. Depois por aquilo que foi sempre o sonho de muitos, juntar Monsanto à cidade. Nós hoje podemos ir de Monsanto para Benfica, nomeadamente à Quinta da Granja, podemos ir de Monsanto a Campolide, através do corredor verde de Monsanto, e podemos ir, em breve, de Monsanto até à Ajuda com as obras que estamos a fazer neste momento no Rio Seco, sendo que já fizemos uma intervenção, na entrada, ali na zona de Alcântara, em direção a Monsanto. E assim, trabalha-se Monsanto. -----



---- Em relação aos equipamentos, lembramos o que é que herdamos, nós herdamos um património completamente, desfeito em Monsanto. Tínhamos uma Quinta da Fonte que é um viveiro e que estamos a trabalhar nele para o melhorar, tínhamos a Quinta da Pimenteira com condições inacreditáveis para o trabalho dos trabalhadores e do viveiro, mas também do edificado, tínhamos a casa do Presidente com problemas de infiltração graves, nomeadamente na piscina e sem qualquer uso, e temos algumas casas de função sem qualquer uso e a deteriorarem-se completamente, e um moinho em ruína. E a nossa política tem sido a de tentar recuperar muito grande parte desse património. Fizemos na cidade, com a Estufa-fria, em breve teremos obras no Caleidoscópio, e é essa a política que seguimos, recuperar património, e fazemos muitas vezes com concessões, são sítios que não têm qualquer uso público; a casa do Presidente, a Quinta da Pimenteira, as duas casas de função, não tem qualquer uso público. E vamos recuperar património. Aqui trata-se de concessões de exploração, tal como a Câmara tem competências para arrendar, também tem competências para lançar concursos de concessão de exploração. Não se trata de uma obra pública, não se trata de uma concessão de serviços públicos, trata-se apenas de concessão de exploração que como sabem, ordenam ainda menos que um contrato de arrendamento que quem tem competência para os fazer é precisamente, a Câmara que tem competência para gerir o seu património que continua a ser da Câmara quando acabar a concessão.-----

----- Em relação aos campos de basquete, desfazer as dúvidas todas. Os campos de basquete não fazem parte da concessão. A Câmara não tem qualquer intenção e nem o caderno de encargos dá qualquer direito a tirarem os campos de basquete que têm sido referidos nos jornais e por vários Senhores Deputados, eles continuarão a ser campos de basquete, mais, é nossa intenção e já estamos a programar neste momento, com o Vereador Jorge Máximo haver mais tabelas de basquete em Monsanto e até mais tabelas de basquete na Cidade de Lisboa.-----

----- Eu já desmenti isto cinquenta vezes, mas se for preciso eu desminto cem vezes; vai continuar a haver campos de basquete no sítio onde estão, não vamos desfazer nenhum campo de basquete e vamos fazer mais tabelas de basquete, não só em Monsanto como no resto da Cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria responder à questão que foi formulada sobre os artistas de rua. É uma resposta conjunta, nomeadamente entre as competências que eu tenho e as da Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto.-----

----- Referir que ao contrário daquilo que foi aqui dito, a Câmara de Lisboa está a trabalhar para melhorar significativamente o contexto dos artistas de rua.-----

----- Em primeiro lugar, a Câmara finalmente, e cumprindo com aquilo que tinha prometido eliminou a taxa administrativa para o licenciamento dos artistas de rua no orçamento da Câmara, o que significa que deixa de ser necessário que um artista de rua para poder atuar, tenha de pagar uma licença de trezentos e noventa euros à

Câmara Municipal, que era absurdo, por isso nós só tínhamos cinco artistas de rua para licenciar, e geralmente, eram aqueles que não conseguiam fugir à polícia, eram os homens estátua. De resto, mais ninguém se licenciava. Isto parece uma piada mas é mesmo verdade. E eliminamos a taxa administrativa do licenciamento dos artistas de rua mas não ficamos por aqui, vamos em conjunto fazer um programa de licenciamento de artistas de rua na Cidade de Lisboa, trabalho esse que estamos a fazer em conjunto, a Vereadora Catarina Vaz Pinto, eu próprio e a EGEAC. Portanto, não fiquem com a primeira impressão do que possa ter acontecido no espaço da EGEAC, estamos a trabalhar no espaço de toda a cidade e queremos a pareceria com as juntas de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Três questões essenciais. Em primeiro lugar, para esclarecer um tema que o Senhor Deputado Ricardo Robles aqui suscitou, e para recordar qual é que é a nossa posição desde há muito tempo, sobre esta matéria. Eu recordo-me, não sei se foi no final de 2008, ou no princípio de 2009, a Câmara organizou uma hasta pública que ficou totalmente, deserta. Fomos, aliás, muito criticados, na altura, creio que pelo Senhor Deputado Victor Gonçalves que não sei se naquela fase era vereador, ou deputado, mas não sei porquê, na minha memória vejo a sua cara muito irada, dizendo que a Câmara eram uns irresponsáveis que estavam a desvalorizar o património municipal, abrindo hastas públicas em más condições do mercado, sem garantias de que houvesse compradores e que, portanto, isso afetava e desvalorizava o valor do nosso património. E creio que foi o Senhor Deputado.-----

----- Nós, na altura, anunciámos que não voltaríamos a abrir qualquer hasta pública sem garantias prévias de que existiriam compradores. E acho que esta é, aliás, a boa forma de proteger o património municipal, o que em nada afeta a transparência do processo, porque o que é essencial garantir é que os terrenos são vendidos não por negociação particular, não por venda direta, mas por hasta pública com as condições previamente conhecidas e que toda a agente pode acorrer, e essa preocupação tem existido ao ponto de, por exemplo, relativamente ao tão falado terreno da Luz, ter sido alterado o ordenamento urbanístico para garantir que não estariam só interessados quem tivesse um hospital e que portanto, beneficiava do zonamento só permitir um equipamento para alargar o âmbito, o que teve dois efeitos: primeiro a valorização do terreno, em segundo ter criado a oportunidade a outros eventuais interessados de poderem ir a hasta pública se tivessem interessados em fazer.-----

----- Portanto, relativamente ao terreno do “Triângulo Dourado”, o terreno foi colocado em hasta pública com as condições previamente, definidas, e qualquer entidade interessada poderia ter ido àquele concurso. E acho que a única coisa que o Município se tem de congratular é num terreno que hoje tem instalações em péssimas condições, em grande medida, totalmente desaproveitadas, em que grande parte daquela área é utilizada como depósito de materiais diversos, candeeiros abandonados e, coisas do género, e ter transformado aquela zona da cidade em vinte milhões de euros de encaixe municipal e para a cidade numa valorização do ambiente urbano. Eu

acho que só temos razões para estar satisfeitos. Agora se dissesse assim; agora a Câmara foi fazer este negócio, por venda direta, com o grupo A, ou com o Grupo B. Bom, isso aí era preciso explicar por que razão a Câmara tinha feito venda direta. Bom, desde logo, creio que era ilegal. Portanto, tanto quanto sei não é possível fazer vendas diretas do património do domínio público municipal.-----

----- Portanto, o que nós fizemos foi com total transparência, houve interessados, ainda bem, se tivéssemos aberto e não houvesse interessados, estaríamos, naturalmente, aqui a ser criticados que a Câmara tinha tentado especular com os terrenos, e estava a dar aqui o sinal aos mercados que o terreno não tem o valor que a câmara pretende. Portanto, acho que a Câmara fez bem e que as regras são claras e são transparentes. -----

----- Segundo tema que gostará de abordar, o tema das taxas. -----

----- Eu recordo que há mais de um ano, fiz uma intervenção, aqui na Assembleia Municipal, chamando a atenção para um problema que toda a Assembleia Municipal conhece que tem a ver com a redução consistente, e ao longo dos últimos dez anos, da receita estrutural do município. E que disse que perante essa situação, nós teríamos que optar como iríamos enfrentar a política em matéria de receitas. Em primeiro lugar, manter no princípio de manter nas taxas mínimas os impostos que todos pagavam, o IRS e o IMI, e atualizar as taxas, ou criar taxas, que só alguns pagam, ou que cada um paga em função do consumo que faz. Este foi o modelo que nós propusemos, e devo dizer que acho que é o modelo justo, primeiro lugar, porque o IMI na Cidade de Lisboa tributa, sobretudo, os moradores em casa própria. O IMI deixou de ser um imposto sobre os grandes patrimónios e hoje, fruto da política da habitação das últimas décadas, é um imposto que incide, sobretudo, sobre a habitação própria de cada um. -----

----- O IRS é um imposto que incide, sobretudo, sobre os rendimentos do trabalho, e a opção que nós fizemos foi fixar o IMI na taxa mínima, 0,3%, e sermos o único Município da Área Metropolitana de Lisboa que devolve aos seus cidadãos metade do que tínhamos direito a cobrar do IRS. Em quatro anos, entre IMI e IRS, nós devolvemos aos cidadãos de Lisboa cento e setenta e seis milhões de euros. É isto que, em quatro anos, devolvemos, é aquilo que são os 2,5% do IRS que devolvemos, e aquilo que é o IMI à taxa mínima, diferencial entre o IMI à taxa mínima e o IMI que anteriormente cobrávamos, são cento e setenta e seis milhões de euros que nós devolvemos. Tínhamos um problema, como disse, e bem, a ESAR obrigava-nos a alterar o nosso regime de tarifas de resíduos e saneamento através da separação da taxa dos resíduos da taxa do saneamento. E fazendo uma segunda coisa, que era obrigar-nos a cobrar o custo efetivo do serviço e acabar com a subsidiação, que no fundo fazíamos, e que era cobrar uma taxa inferior ao custo do serviço. Isto é a lei que nos obriga, e nós temos de cumprir a lei. Assim, e cumprindo a lei, procuramos reduzir ao mínimo o impacto da taxa de resíduo e da taxa de saneamento. E há um exercício que podemos fazer que é comparar a nossa taxa de resíduos, agora criada, e a taxa de saneamento, agora criada, com a taxa de resíduos e a taxa de saneamento cobrada nos outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. E o que nós

constatamos, só aqui na área Metropolitana, em dezoito municípios, há dez que têm uma taxa de resíduos sólidos superiores à nossa. Em dezoito municípios, há onze que têm uma taxa de saneamento superior à nossa. Por exemplo, Sesimbra tem uma taxa de resíduos 40% acima da nossa taxa. Tem uma taxa de saneamento 50% acima da nossa taxa de saneamento. Mas poderia dar outros exemplos sem ser Sesimbra. Por exemplo, Loures, Barreiro, Setúbal, Almada, só para dar exemplos de municípios que eu sei que o Senhor Deputado Modesto Navarro sente que são municípios bem geridos, do verdadeiro poder local democrático, daqueles que são verdadeiramente o poder local democrático. Olhe, esses todos têm taxas de saneamento e de resíduos superiores à que nós propusemos. -----

----- Quero tranquilizar o Senhor Deputado Victor Gonçalves que hoje não é chamado aqui, que não fique com inveja, porque se o tema também o apoquentar, também posso ilustrar com exemplos de municípios cuja gestão o Senhor Deputado também aprecia devidamente. -----

----- Agora, dir-se-á o seguinte, e vamos ao saldo. Bom, significa então que o que a Câmara dá com uma mão, tira com a outra. Senhores Deputados, nos tempos que vão correndo se devolvêssemos com uma mão o que tiramos com a outra, isto já não era mau. Porque o que é moda corrente, hoje em dia, é só tirar com uma mão, e não devolver nada com a outra. -----

----- Mas vamos ver o saldo, é que se nós virmos o que vai acontecer até ao final do mandato, de facto, com estas taxas, aquilo que os munícipes vão receber já não são os cento e setenta e seis milhões de euros, é verdade. Mas sabe quanto é que são, Senhor Deputado? São cento e onze milhões de euros cujos munícipes vão receber a mais, tendo em conta aquilo que pagam em menos de IRS, e menos de IMI, e tendo em conta que irão pagar a mais na taxa de IRC, na taxa de resíduos e na taxa de proteção civil, tudo incluído, com as taxas todas incluídas, e com aquilo que pagam a menos nos impostos, a vantagem para o munícipe são cento e onze milhões de euros. Os cento e setenta e seis milhões eram melhores, há pois eram. Também gostávamos. Mas isso era preciso que a Lei não nos obrigasse a ter criado a taxa, nem a cobrar a taxa pelo custo efetivo do serviço. Foi isso que fizemos, e no exercício que conseguimos fazer, conseguimos ficar com as taxas mais baixas da Área Metropolitana e com uma vantagem para os munícipes assegurados de cento e onze milhões de euros no conjunto do mandato. Esta é a realidade sobre as taxas. Sei bem que isto não corresponde à ilustração que desejava daquele discurso, mas não há de ter dificuldade outro tópico para desenvolver outra vez o tema: o PS de António Costa verdadeiramente igual ao PSD e CDS-PP do Governo. Este é o tópico e há de encontrar outra variante. -----

----- Farei chegar à Senhora Deputada Deolinda Machado números mais atualizados sobre criação de postos de trabalho. Mas vou, a propósito de algumas críticas que ouvi da sua bancada sobre a valorização de património público por via de concessão, dar só alguns exemplos de como através de concessões de espaços públicos foi possível criar novas atividades que geraram novos postos de trabalho. E dou-lhe um exemplo, de terrível privatização do espaço público através de licenciamento de quiosques pelo

Senhor Vereador Sá Fernandes. Sabe quantos postos de trabalho foram criados nos diferentes quiosques licenciados pelo Senhor Vereador Sá Fernandes, que ocupam agora o espaço público com esplanadas, contribuindo para a animação da atividade da cidade? Cento e quarenta e seis postos de trabalho. Dou-lhe outro exemplo, a concessão de parte do Mercado da Ribeira, são cerca de quatrocentos postos de trabalho. Em torno do conjunto das atividades da esplanadas do Terreiro do Paço que estavam, como se lembram, durante anos a servir, ou de armazém de móveis dos Ministérios, ou de garagens dos carros dos Ministérios, ou simplesmente fechados para nada, e que hoje devolveram àquela Praça uma dignidade e uma atividade que não tinham, temos mais de trezentos postos de trabalho ali criados. E podia-lhe dar outros exemplos, o serviço de transporte escolar dos alfacinhas, sessenta e seis postos de trabalho criados, e assim sucessivamente.-----

----- Portanto, eu farei uma listagem completa, atualizando aliás só os postos de trabalho criados na construção com o facto de termos sido, ao longo desta crise toda, a única entidade pública que nunca deixou de investir, que nunca deixou de realizar obra pública, e que chagamos a ser, no ano passado, em certa altura, a entidade pública em todo o país, Estado inclusive, que maior volume de obra pública tinha em andamento na cidade. Portanto, quer em matéria fiscal, quer em matéria de investimento, quer em matéria de apoio à criação de emprego, posso garantir que dificilmente, encontrará na Área Metropolitana de Lisboa, ou em qualquer outro município, muitos exemplos, com maior sucesso nesta política contra cíclica.-----

----- E já não vou dar os exemplos que podia dar do trabalho que tem sido feito pelo “Investe Lisboa”, que tem sido feito pelas “*Start Up’s*”, pela rede de “*Start Up’s*”, pelas inúmeras iniciativas que temos criado e que tem ajudado a criar empresas e a criar emprego na Cidade de Lisboa.-----

----- Se for ver, a verdade é que hoje Lisboa tem sido atrativa para a localização de muitas novas empresas. Nos últimos quatro anos, só dezasseis multinacionais vieram se instalar na Cidade de Lisboa, criando uns milhares de postos de trabalho. Mas isso implica, obviamente, que a cidade se mantenha ativa, seja atrativa para o emprego, seja dinâmica, é fundamental. E isso é o que o Município tem de fazer porque é responsabilidade do Município. Não somos daqueles que entendemos que as autarquias locais só servem para reivindicar junto do poder Central. Não. As autarquias locais servem, sobretudo, para cumprir as suas funções e para contribuir para a boa gestão, e da sua gestão depende, também, a atividade económica da cidade, e é importante que invistam e trabalhem para a valorização económica da nossa cidade, e é isso que iremos continuar a fazer com muito gosto e com muito prazer.-----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado Victor Gonçalves, pela sua atenção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu agradeço o desvelo do Senhor Presidente da Câmara em dirigir-se à bancada do PCP, com tanta informação. Mas não disse nada sobre a SAD do Benfica, nem sobre o Rock in Rio, na realidade, e não diz porque não quer.-----

----- O Senhor Presidente não devia de falar de Loures. O Partido Socialista durante anos devia de calar-se em relação a Loures, porque a situação de destruição e de dívida em que deixaram o concelho, felizmente ganho por nós, e que agora está a ser renovado e conduzido a um bom caminho autárquico, não tem nada a ver com esse passado. -----

----- E também lhe queria dizer que na qualidade de vida que foi desenvolvida nos concelhos de maioria CDU, é evidente que os municípios são, de facto, poder local democrático, coisa que acontece cada vez menos com a Câmara de Lisboa. -----

----- E falar de postos de trabalho criados em Lisboa, muitos, a grande maioria, quase a totalidade, são precários e mal pagos. As grandes superfícies que vêm cá instalar os seus grandes armazéns, os seus pontos de venda, e outros, vão nesse sentido. -----

----- Portanto, a Câmara deve colocar-se, como dissemos na intervenção, ao lado da população de Lisboa, recuperando o trabalho para a cidade. E depois, veremos então, as comparações mais adiante.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, não leve a mal eu parecer-lhe distraído, mas nunca estou. Eu recordo-me do Engenheiro Abecassis que parecia que estava a dormir e estava atento a tudo o que se passava. Eu também consigo estar a ouvir duas pessoas a falar ao mesmo tempo, portanto, eu tenho toda a atenção. -----

----- Mas Senhor Presidente, aquilo que se passa em relação às taxas e em relação às famílias, é que as famílias sofreram de um momento para o outro um brutal aumento de encargos. O Senhor Presidente até dirá “E Oeiras? E Loures?”, mas já era. Agora, de um ano para o outro, ao contrário daquilo que era a narrativa do Senhor Vice-Presidente, de um ano para o outro sofreram um brutal aumento de impostos, e isso é que é verdade. O que é facto é que isto aconteceu, e é esta situação que nós temos que considerar. -----

----- Agora o Senhor Presidente também não respondeu a algumas questões que eu levantei, nomeadamente em relação à EMEL. Ao Benfica já sabemos que é ilegal, que vai ser discutido. O Senhor Presidente desculpou-se com a Assembleia a ver se “passava entre os pingos da chuva”, para o Benfica não ficar zangado consigo, tem outros objetivos a seguir, mas isto já está resolvido. Agora, em relação á EMEL, ao seu homem, que tinha uma grande admiração fantástica, e eu sou testemunha disso, no mandato anterior, uma admiração fantástica pelo então Presidente da EMEL, e agora ele demitiu-se, foi demitido, o que é que se passou? E porque razão isso aconteceu? Era esta a questão que eu, há pouco, lhe lancei, e gostava de ter uma resposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Aproveito para esclarecer o Senhor Deputado Modesto Navarro que no nosso mandato não foi licenciado nem uma só grande superfície na Cidade de Lisboa. Mais, foi feita a opção de não licenciar, nem autorizar, mais uma grande superfície na Cidade de Lisboa, e considero as grandes superfícies na Cidade de Lisboa e os espaços comerciais que foram licenciados, em outros tempos, em que o Senhor

Deputado acompanhou de perto, foram um mau serviço à cidade e causaram um prejuízo grande ao comércio, e em particular ao comércio de rua e de proximidade. E por isso, nós temos procurado ir pelo contrário, dinamizar muito o comércio de rua e, em particular, em zonas muito afetadas e muito degradadas durante muitos anos, como foi a Baixa, que tem vindo a sofrer uma revitalização importante. -----

----- Relativamente às taxas do Sport Lisboa e Benfica, o Senhor Deputado está, aliás, em melhores condições do que eu para também poder apreciar o tema visto que conhece os protocolos que foram aprovados, em 1989 e em 1995, e votados aqui na Assembleia Municipal. Eu não estava cá, não votei, e mais, aquilo que os Senhores Deputados há bocado perguntaram; Mas então porque é que veio à Assembleia Municipal? Por uma razão fundamental. É porque os serviços consideraram que os protocolos não eram aplicáveis a esta situação. Porque se os protocolos tivessem sido considerados pelos serviços diretamente aplicáveis, obviamente que a decisão não tinha de caber à Assembleia Municipal. Era a aplicação direta dos protocolos por parte da Câmara. -----

----- O que acontece é que, entendendo os serviços e a Câmara tendo acompanhado que não eram aplicáveis os protocolos, aí o pedido só pode ser a isenção, como qualquer outra isenção de taxas, só pode ser concedida pela Assembleia Municipal, se assim o entender. Eu não vejo, aliás, qual é o drama da situação, porque é muito simples; há uma entidade privada que entende que tem direito a beneficiar de um determinado tratamento. Os serviços do município entendem que não. Se a Assembleia Municipal entender que sim, pode conceder a isenção. Se a Assembleia Municipal entender não conceder a isenção, e a entidade privada se sentir lesada, faz aquilo que qualquer privado tem direito a fazer, sentindo-se lesado, recorre para tribunal e impugna a liquidação das taxas e procura evitar o pagamento, ou obter o reembolso das taxas, se tiver pago. Não vejo que haja qualquer drama nessa matéria, nem vejo porque é que este clube, por ser este clube, tenha de ter um tratamento diverso de qualquer outro clube, ou qualquer outro privado, em idênticas circunstâncias. É simples esta matéria. -----

----- Senhor Deputado, eu percebo que os Senhores Deputados do PSD sintam necessidade de terem um pretexto para procurar defender as famílias dos brutais agravamentos da taxação. Escolheram mal o local, porque, de facto, aqui, as famílias, fruto da política fiscal adotada pelo município, vão ter um reembolso de cento e onze milhões de euros até ao final do mandato, ao contrário do que vão ter as famílias fora do Concelho de Lisboa que vão sofrer a tributação do Governo do PPD/PSD. -----

----- Sobre a EMEL, só para dizer o seguinte, a Senhora Deputada há de compreender o seguinte; eu hei de dar primeiro informações à Câmara, antes de dar à Assembleia Municipal, sobre a relação do Município de Lisboa com a Administração da EMEL, pelo que direi amanhã, em Reunião de Câmara, o que tenho a dizer sobre essa matéria, e o Senhor Deputado saberá também, oportunamente, a reunião, aliás, é pública e temos muito gosto em reencontrá-lo nos Paços do Concelho que é, aliás, um espaço habitual para si, e que lhe é bastante familiar, e pode assistir logo à explicação ao vivo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos esta parte dos nossos trabalhos, eu sei que já estaremos um pouco cansados, mas a Câmara tinha pedido urgência para as propostas **13/2015** e **14/2015**, que são os acordos com a Valorsul e com a SIMTEJO, e portanto, eu iria pedir-vos um esforço adicional, sendo que as restantes propostas serão remetidas para a reunião seguinte, e iria pedir-vos um esforço adicional para tentarmos apreciar estas duas propostas.-----

----- Lembro os Senhores Deputados que temos de manter o quórum na sala, peço-vos que se mantenham porque iremos ter votações.-----

----- A segunda coisa que vos queria lembrar é que, para a semana, dia três de março, nós temos uma sessão com Debate Específico sobre fundos comunitários em que teremos cá presente o Primeiro Secretário do Conselho Executivo da Área Metropolitana de Lisboa, e às seis da tarde, teremos a primeira sessão do Debate Temático da *Erradicação da Violência contra as Mulheres*. Portanto, peço a todos que mobilizem as pessoas do vosso conhecimento que estejam interessadas. Temos a primeira sessão do Debate Temático, no dia três de Março.-----

----- Irei passar agora a apreciação da **Proposta nº 13/2015.**”-----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA Nº 13/2015 – ACORDO COM A VALORSUL, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO NÚMERO 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E RESPETIVAS ALTERAÇÕES - (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS);**-----

----- (anexada à presente ata como **Anexo XIV**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XIV.I**, e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 4ª Comissão, Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida fica anexado à presente Ata como **Anexo XIV.II**, e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 14/2015 – ACORDO COM A SIMTEJO, SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DO TEJO E TRANÇÃO, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO NÚMERO 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E RESPETIVAS ALTERAÇÕES - (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS);**-----

----- (anexada à presente ata como **Anexo XV**, e dela faz parte integrante);-----



----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XV.I**, e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 4ª Comissão, Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida fica anexado à presente Ata como **Anexo XV.II**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de relator dos pareceres da 1ª e 4ª Comissões Permanentes, referentes às duas propostas, **13/2015** e **14/2015**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Iria sugerir isso mesmo, Senhora Presidente, juntar essas duas propostas, se ninguém se opusesse, que eu julgo serem muito semelhantes. -----

----- E o conjunto de pareceres, quer da 1ª Comissão, quer da 4ª Comissão, como seria de esperar, são igualmente semelhantes, mas sendo esta uma proposta que fundamentalmente, aquilo que tem como objeto são as possibilidades e as condições de um plano de pagamentos, obviamente, acaba por ter aqui um cariz mais financeiro e por isso mesmo, o parecer da 1ª Comissão é muito mais desenvolvido. -----

----- No ponto de vista prático, aquilo que o conjunto de propostas fazem, é que o artigo 89º daquilo que é a Lei do Orçamento de Estado, preveem condições bancárias muito boas, acordos para planos, dívidas vencidas por serviços prestados por empresas ligadas a áreas do ambiente, visto que houve durante muitos anos dificuldades de acertos de contas, mais em relação à SIMTEJO e, por isso mesmo, aquilo que também se registava é que a Valorsul, por isso falando também da proposta nº 13/2015, tinha a nível de faturas vencidas um valor total de 3,7 milhões de euros, e que agora se faz um acordo de liquidação a três anos com uma taxa de juro, uma taxa de 1,9% mais da Euribor, e em relação também à SIMTEJO, também tinha uma conta corrente a crédito, ou seja, a débito da Câmara Municipal, de um valor de 25,3 milhões de euros que agora se faz um acordo de liquidação a cinco anos, com um período de carência de capital de dois anos, e com uma taxa de juro 1,92% mais a taxa de referência, e também, tanto uma proposta, como outra, o município tem a faculdade de efetuar o pagamento antecipado de acordo com a verba que está prevista no plano de pagamentos e que, obviamente, fazendo esse próprio pagamento antecipado, tem uma poupança de juros. -----

----- Por isso, tanto uma comissão, como outra, aquilo que decidiram foi que estas duas propostas estão em condições de serem apreciadas na Assembleia Municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, referiu o seguinte: -----

----- “Pergunto se há algum Deputado que queira intervir sobre a proposta nº 13/2015, que é a proposta que vamos apreciar em primeiro lugar? Não vejo inscrições. -----

----- Trata-se de um acordo com a Valorsul, e é um acordo que a Câmara chegou no sentido de pôr termo a uma situação de dívida e que, agora, com o acordo de pagamentos ficará sanado se for aprovado. -----

----- Vamos pôr á votação a **Proposta nº 13/2015**. Não há votos contra, abstenções do PSD e CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, 6IND e do PNP. A **Proposta nº 13/2015** foi **aprovada por maioria**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião e o MPT não estava presente) -----

----- Vamos passar agora, à **Proposta 14/2015**, que é o mesmo mas relativamente à SIMTEJO, onde havia, também, uma dívida pendente e que agora, com este acordo ficará sanada, se o mesmo for aprovado. -----

----- A Mesa vai pôr a proposta à votação. Não há votos contra, abstenções do PSD e CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, 6IND e do PNP. A **Proposta nº 14/2015** foi **aprovada por maioria**. (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião e o MPT não estava presente) -----

----- Senhores Deputados, de hoje a oito dias, às três da tarde, teremos aqui o Engenheiro Demétrio Alves para nos falar da estratégia integrada do desenvolvimento territorial da Área Metropolitana de Lisboa, e às seis da tarde, teremos a primeira sessão do Debate Temático da *Erradicação da Violência Contra as Mulheres*. -----

----- Tenham uma boa semana, e muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte e cinco minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----